

UNIVERZITA PALACKÉHO V OLOMOUCI
FILOZOFICKÁ FAKULTA
KATEDRA ROMANISTIKY
PORTUGALSKÁ SEKCE

**EVOLUÇÃO DE ENSINO EM PORTUGAL E
NO BRASIL**

DIPLOMOVÁ PRÁCE

Bc. Iva Cardová

Vedoucí práce:

Mgr. Petra Svobodová, Ph.D.

Olomouc 2014

Prohlášení

Prohlašuji, že jsem svou diplomovou práci vypracovala samostatně a uvedla jsem všechny použité zdroje.

V Olomouci, dne 11. 12. 2014.

.....

podpis

Poděkování

Na tomto místě bych ráda poděkovala vedoucí mé diplomové práce, Mgr. Petře Svobodové, Ph.D. za její pomoc a užitečné rady.

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução | 7 |
| 1 Idade Média | 9 |
| 1.1 Papel da Igreja | 9 |
| 1.2 Primeira universidade portuguesa..... | 10 |
| 1.2.1 Transferências do Estudo Geral..... | 11 |
| 2 Renascença..... | 13 |
| 2.1 Descobrimientos marítimos | 13 |
| 2.2 A imprensa e os livros importantes..... | 14 |
| 2.3 A influência de D. João III na educação | 14 |
| 3 Companhia de Jesus em Portugal | 16 |
| 3.1 Relações entre Jesuítas e Portugueses | 16 |
| 3.1.1 Jesuítas e o povo | 16 |
| 3.1.2 Jesuítas e os reis..... | 17 |
| 3.2 Jesuítas e educação | 18 |
| 3.3 Retrogressos da Companhia de Jesus | 20 |
| 4 Atuação dos Jesuítas no Brasil..... | 21 |
| 4.1 Vinda dos Jesuítas..... | 21 |
| 4.2 Escolas jesuíticas | 21 |
| 4.2.1 Educação de meninas..... | 22 |
| 4.3 Objetivo de ensino | 22 |
| 4.4 Sistema educacional..... | 24 |
| 4.5 Fim de Companhia de Jesus no Brasil | 25 |
| 5 Iluminismo em Portugal..... | 28 |
| 5.1 Marquês de Pombal e as suas reformas | 28 |
| 5.1.1 Educação de comerciantes | 29 |
| 5.1.2 Fiscalização do sistema escolar | 30 |
| 5.1.3 Graus de ensino..... | 30 |
| 5.2 Maria I (1777-1816) e a sua influência sob a educação | 32 |
| 5.2.1 Escolas Menores | 32 |
| 5.2.2 Escolas Maiores | 33 |

| | |
|---|----|
| 5.2.3 Os professores..... | 33 |
| 6 Iluminismo brasileiro..... | 35 |
| 6.1 Relação com Metrópole..... | 35 |
| 6.2 Reformas pombalinas..... | 35 |
| 6.2.1 Sistema escolar..... | 36 |
| 6.2.2 Recursos..... | 37 |
| 6.2.3 Professores..... | 37 |
| 6.2 Presença da Corte (1808-1821)..... | 38 |
| 6.2.1 Influência sobre a educação..... | 39 |
| 6.2.2 Fundação de instituições..... | 39 |
| 7 Século XIX em Portugal..... | 41 |
| 7.1 Mudanças do sistema educacional..... | 41 |
| 7.1.1 Escolas móveis..... | 42 |
| 7.1.2 Ensino mútuo..... | 42 |
| 7.1.3 Ensino secundário..... | 42 |
| 7.2 Mudança de atitude à educação..... | 43 |
| 8 Império brasileiro (1822-1888)..... | 45 |
| 8.1 Educação no período imperial..... | 45 |
| 8.1.1 Ensino elementar..... | 46 |
| 8.1.2 Ensino secundário..... | 46 |
| 8.1.3 Ensino superior..... | 47 |
| 8.1.4 Ensino mútuo..... | 47 |
| 8.1.5 Constituições e a sua influência na educação..... | 48 |
| 9 Primeira República Portuguesa (1910-1932)..... | 50 |
| 9.1 Reformas de ensino..... | 50 |
| 9.1.1 Jardins-Escolas..... | 50 |
| 9.1.2 Universidade do Porto e de Lisboa..... | 51 |
| 10 República Velha Brasileira (1889-1930)..... | 52 |
| 10.1 Reformas de ensino..... | 52 |
| 10.1.1 Ensino primário..... | 53 |
| 10.1.2 Ensino secundário..... | 53 |
| 10.1.3 Ensino superior..... | 54 |
| 10.2 Década de vinte..... | 55 |

| | |
|---|----|
| 11 Ditadura de Salazar em Portugal (1932-1974) | 57 |
| 11.1 Atitude de Salazar ao ensino..... | 57 |
| 11.2 Ministros de educação | 58 |
| 11.2.1 Cordeiro Ramos | 58 |
| 11.2.2 Carneiro Pacheco | 59 |
| 12 Getúlio Vargas a frente do Brasil (1930-1945, 1951-1954) | 60 |
| 12.1 Reformas de ensino de Getúlio Vargas..... | 60 |
| 12.1.1 Ensino primário..... | 62 |
| 12.1.2 Ensino secundário | 62 |
| 12.1.3 Ensino superior | 63 |
| 13 Democracia em Portugal..... | 66 |
| 13.1 Democracia e a educação..... | 66 |
| 13.2 Analfabetismo | 67 |
| 13.3 Educação em Portugal: Pisa 2012..... | 67 |
| 14 O Brasil desde 1954 | 69 |
| 14.1 Educação nos anos 1956-64..... | 69 |
| 14.2 Regime militar no Brasil (1964-1985)..... | 70 |
| 14.2.1 Ensino superior | 70 |
| 14.2.2 Ensino elementar e secundário | 70 |
| 14.3 Democracia brasileira | 71 |
| 14.3.1 Pisa 2012 no Brasil | 71 |
| Conclusão | 73 |
| Shrnutí..... | 76 |
| Summary..... | 77 |
| Anotace | 78 |
| Bibliografia | 79 |
| Lista das imagens..... | 83 |

Introdução

A educação é sem dúvida um dos temas mais atuais hoje em dia. Não interessa qual é o nível da educação nem onde se o país encontra, a educação é sempre um tema a tratar. Nos países do terceiro mundo é a educação vista como uma das saídas da situação miserável das pessoas pobres, nos países mais abastados fala-se por exemplo sobre a relação entre o grau de ensino atingido e o salário ganho. Enfim, falando pelo menos sobre os estados de Europa, a educação é um dos temas que têm todas as crianças e jovens em comum.

Este trabalho trata a evolução da educação em Portugal e no Brasil. Os primeiros referências do ensino em Portugal vem do século XI quando era a educação completamente nas mãos de Igreja católica. Desde esse século a instrução vai se desenvolvendo até os nossos dias, influenciada pelos diversos acontecimentos históricos como descobrimentos marítimos, chegada da Companhia de Jesus ou ditadura de Salazar. Nesse trabalho vamos tentar descobrir a posição da educação nas várias épocas históricas e também a influência dessas épocas ao ensino.

A história do Brasil começa oficialmente em 1500 quando foi o país descoberto pelos portugueses. Assim nasceu a relação entre os dois países. Essa relação mudou bastante durante os mais que quinhentos anos e foi bastante significativa para o desenvolvimento da educação. No meu trabalho vou então tentar descrever as mudanças da relação entre o Brasil e Portugal ocorridas durante os quinhentos anos que de qualquer maneira influíram a educação. Focalizadas serão também as diferenças na evolução da educação durante as diferentes épocas da história e as atitudes de governadores e regimes à educação.

Para terminar o trabalho vamos ver os resultados do programa chamado Pisa 2012 que testou as habilidades de crianças e jovens em todo o mundo em certas disciplinas. Esse

projeto representa uma das possibilidades de comparar o nível da educação em vários países do mundo. Vamos também ver os números de analfabetos nos dois países hoje em dia vistos como resultado de luta contra o analfabetismo da nação brasileira e portuguesa. No fim vamos tentar refletir sobre o estado da educação em Portugal e no Brasil tentando encontrar as causas da situação atual e das diferenças entre o nível da educação entre os dois países.

O trabalho está dividido em catorze capítulos, dispostos em ordem cronológica. Assim tratam os três primeiros capítulos a educação em Portugal, a educação no Brasil começa, pois, com a chegada de Jesuítas para o Brasil depois de descobrimento do Brasil pelos portugueses, descrita no capítulo quatro. Desde esse capítulo revezam os dois países sendo os capítulos 4, 6, 8, 10, 12 e o último dedicados ao ensino no Brasil e os capítulo 1-3, 5, 7, 9, 11 e 13 ao ensino em Portugal.

Como fonte das informações usei o meu trabalho de licenciatura sobre a educação em Portugal junto com o livro de Rómulo de Carvalho (História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano), o livro chamado História da educação brasileira: a organização escolar de Maria Luisa Santos Ribeiro junto com várias revistas, publicações e livros sobre a história dos dois países e no caso de educação brasileira também várias revistas e cadernos sobre a educação brasileira.

1 Idade Média

A vida das pessoas na idade média era bastante dura. Era o tempo de guerras, conquistas e no caso de Portugal também de luta pela independência do país. A situação política era então bastante instável e além disso tiveram as pessoas que lutar com as consequências da vida em má condição higiénica, que geralmente eram fomes e doenças mortais como por exemplo peste. Consequentemente, a educação de pessoas não tinha importância para a vida das pessoas e assim ficou na margem de interesse. O número das pessoas que sabiam ler, escrever e contar era mesmo muito baixo, acrescentando que aquelas que tiveram esses conhecimentos faziam parte de clero.

1.1 Papel da Igreja

A Igreja era a instituição que mais cuidou da cultura e da educação em Portugal na idade média. Em consequência, a evolução cultural ficou dependente de posição dela. Assim não estranha que as primeiras escolas em Portugal eram fundadas como parte de mosteiros. A mais velha escola era fundada no Mosteiro de Braga no século XI.¹ As informações sobre as mais velhas escolas são muito poucas e assim não se sabe nada sobre as disciplinas nem sobre o sistema instrucional.

Com o crescente poder de Igreja desenvolveu-se também o ensino. Portanto, além da escola no Mosteiro de Braga eram abertas também outras escolas, por exemplo no Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra ou no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, ambas fundadas no século XII.² No Mosteiro de Alcobaça era em 1269 ensinada a primeira aula pública em Portugal.³ Assim podiam as aulas ser visitadas pela pessoas fora de Igreja. Os alunos dessas escolas eram aliás sobretudo pessoas que desempenharam algum cargo na Igreja e por isso era necessário que aprendessem a ler e a escrever. Visto que as pessoas que passaram pelas escolas pertenceram geralmente à

¹ Rúmulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Ceatano* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001), p. 16-17.

² C. Figueiredo Lopes, *História elementar de Portugal* (Porto: Porto Editora, 1993), p. 34.

³ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 1999), p. 63.

Igreja não estranha que era a Igreja que pagava os vencimentos para os professores dessas escolas. No que diz respeito às disciplinas leccionadas nas escolas, é nesse tempo que começa a divisão da matéria em trivium e quadrivium. Os alunos de trivium estudavam gramática, retórica e dialéctica e os alunos de quadrivium a aritmética, música, geometria e astronomia, seguindo um ao outro. ⁴

Além de Igreja eram também os reis que apadrinharam o ensino. Era por exemplo D. Sancho I (no trono em 1185-1211). Ele apoiava os cónegos de Coimbra para que pudessem estudar em França. ⁵ Geralmente podemos dizer que o ensino em outros países da Europa era melhor do que em Portugal e provavelmente contava-se com que as pessoas que estudavam no exterior voltassem para a sua pátria e passassem os seus conhecimentos a outras pessoas.

Como vimos, o papel preponderante para a educação portuguesa durante os primeiros século tinha somente a Igreja. Os professores eram pagos por ela, as aulas eram ensinadas nos mosteiros da Igreja e a maioria de alunos dessas escolas eram clérigos.

1.2 Primeira universidade portuguesa

Cada vez mais sentiu-se a falta de um estudo superior em Portugal. Além disso faltaram também as pessoas com conhecimentos de medicina ou direito. ⁶ Era preciso possibilitar promoção de estudos em Portugal estabelecendo no país o ensino superior. Por isso decidiu D. Dinis (ao trono 1279 – 1325), o rei que ficou conhecido pelo seu interesse em cultura, de pedir ao papa a licença de fundar o ensino superior em Portugal. Assim era em Lisboa fundada a primeira universidade portuguesa, na época chamada Estudo Geral. Quanto à data da sua fundação, encontramos na literatura duas datas: 1288 e 1290. A razão é que o papa não autorizou a ideia de fundação da universidade logo, mas sim só em 1290, quando a universidade já tinha funcionado.

⁴ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 8.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

Na universidade de Lisboa aprenderam os alunos primeiro a ler, a escrever e a contar. Assim surgiu ao lado das escolas monásticas uma outra possibilidade para as pessoas que pretendessem estudar. As escolas nos mosteiros e a universidade funcionavam então ao mesmo tempo. A diferença consistiu apenas no fato que na universidade era possível continuar com os estudos de grau superior. Portanto, os alunos da universidade que já tinham os conhecimentos básicos, podiam continuar com estudo de artes, lógica, gramática ou filosofia.⁷ Essas disciplinas representaram a base para o estudo superior, que consistiu em faculdade de artes, de direito, medicina e de faculdade de teologia.⁸

1.2.1 Transferências do Estudo Geral

O Estudo Geral aliás funcionava em Lisboa apenas dezoito anos (i. é. dezoito anos desde a fundação oficial). Em 1308 era, pois, transferida para Coimbra. Assim aconteceu sobretudo por causa de relações inimigas entre o povo e os estudantes. Entretanto, essa mudança de Estudo Geral não foi a única. Antes da sua fixação em Coimbra em 1537, feita por D. João III (ao trono 1521-1557), foi transferida várias vezes entre essas duas cidades.⁹ As razões dessas mudanças eram além das já aludidas relações com o povo por exemplo a falta de espaços ou a presença de Corte em Coimbra (a Corte portuguesa era bem numerosa e exigiu assim espaços para alojamento das pessoas). A decisão de D. João III de fixar a universidade numa cidade era sem dúvida positiva, acabando finalmente com deslocamentos exigentes de professores, alunos, livros etc. Por outro lado parece essa decisão um pouco precoce. Pois, em Coimbra não havia espaços para toda a universidade, faltaram salas e também os professores.¹⁰

Resumindo, a fundação da primeira universidade portuguesa não fica muito atrás das outras universidades fundadas nesse tempo na Europa, como por exemplo a universidade de Bologna (fundada em 1088) ou universidade de Salamanca (fundada

⁷ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p 9.

⁸ Acrescentando que nem sempre funcionavam todas as quanto faculdades.

⁹ C. Figueiredo Lopes, *História elementar de Portugal* (Porto: Porto Editora, 1993), p. 42.

¹⁰ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 9-10.

em 1218). Ao contrário, ultrapassa a fundação da universidade na República Checa ou na Alemanha. Entretanto, a sua evolução foi atrapalhada por várias transferências de Estudo Geral ligadas à falta dos professores, espaços e de dinheiro. Logo não era a universidade capaz de manter o passo com o desenvolvimento das universidades europeias e assim aconteceu que as pessoas que tiveram a oportunidade de estudar fora se afastaram de Portugal e nem sempre voltaram.

2 Renascença

No século XIV surgiu em toda a Europa um movimento novo, chamado renascença ou também renascimento. É o tempo de desenvolvimento de ciências e de apreciação de conhecimentos em todas as áreas. Consequentemente, aumentou nesse tempo o interesse de pessoas pela educação e cresceu também o número de pessoas que frequentaram as escolas. Em Portugal reinou desde 1385 D. João I que junto com os seguintes reis da dinastia de Avis ficaram conhecidos pelo seu interesse em cultura e pelo apoio das novas tendências de Europa.

2.1 Descobrimientos marítimos

O século XVI vale no caso de Portugal como o século de mar.¹¹ A época de descobrimientos começou durante o reinado de D. João I (ao trono 1385-1433) quando ele conquistou a cidade de Ceuta em 1415. O filho dele, D. Henrique, não teve grande probabilidade de alcançar o trono e por isso resolveu dedicar-se à expansão marítima.¹² Uma das suas primeiras tarefas consistiu em defesa de Ceuta conquistada pelo seu pai. Ficou claro que para as navegações era preciso conhecimento de geografia, matemática ou astrologia. Também D. Henrique apercebeu-se desse fato e mandou ensinar essas disciplinas no Estudo Geral.¹³ Devido a isso mudou-se para Algarve, onde se julga que fundou um centro de estudos náuticos e talvez também uma escola para os marinheiros.¹⁴ Entretanto, não se sabe com certeza sobre a existência desse centro e dessa escola.¹⁵ No entanto, os descobrimientos marítimos contribuíram à divulgação das disciplinas no Estudo Geral. Também ficou claro que para alcançar as terras transatlânticas eram necessários os conhecimentos obtidos nas escolas portuguesas. Assim apoiaram os descobrimientos a opinião surgida nesse tempo de que a educação é precisa e necessária para desenvolvimento de país.

¹¹ C. Figueiredo Lopes, *História elementar de Portugal* (Porto: Porto Editora, 1993), p. 59.

¹² Jan Klíma, *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 1999), p. 101-102.

¹³ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 12.

¹⁴ C. Figueiredo Lopes, *História elementar de Portugal* (Porto: Porto Editora, 1993), p. 61.

¹⁵ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 1999), p. 108.

2.2 A imprensa e os livros importantes

Em 1447 aprimorou Johannes Guttenberg em Alemanha a imprensa. Essa invenção divulgou-se depois por toda a Europa incluindo Portugal, aonde a imprensa chegou durante o reinado de D. Afonso V (ao trono 1438-1481). Antes disso eram todos os livros transcritos à mão.¹⁶ A invenção de Guttenberg tornou a multiplicação dos livros mais fácil e também mais barata. Essa novidade possibilitou a publicação da primeira gramática do português. Era a gramática de Espanhol Juan de Pastrana e era publicada em 1497.¹⁷ A primeira gramática portuguesa saiu em 1536 e era escrita por Fernão de Oliveira. Entretanto, a gramática de Juan de Pastrana continuou a ser a mais popular. Além das gramáticas eram publicados vários livros, como por exemplo o primeiro livro de aritmética.¹⁸ A divulgação dos livros ajudou então à divulgação de ensino, pois quanto mais livros existiam, tanto mais pessoas tiveram o acesso aos livros e assim uma oportunidade de adquirir conhecimentos.

2.3 A influência de D. João III na educação

Como já foi dito, a última transferência de Estudo Geral aconteceu durante o reinado de D. João III. Assim instalou-se a universidade em 1537 finalmente em Coimbra (veja capítulo 1.2.1).

Além de solução da residência da universidade, ocupou-se D. João III com a primeira reforma de ensino. A sua reforma dividiu o ensino em ensino elementar e superior. Durante o ensino elementar aprenderam os alunos conhecimentos de humanidade, artes e filosofia. O curso de humanidades e de artes durou quanto anos cada um, sobre a duração de filosofia não se sabe. Quem pretendeu ingressar à universidade, teve que frequentar o curso elementar primeiro.¹⁹

¹⁶ C. Figueiredo Lopes, *História elementar de Portugal* (Porto: Porto Editora, 1993), p. 64.

¹⁷ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 13.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Idem*, p. 14.

Além disso convidava o rei D. João III mestres de Portugal e também de estrangeiro para que dessem aulas na escolas.²⁰ Era por exemplo Diogo de Sousa, Diogo de Gouveia e Brás de Barros. Esses homens fundaram em Portugal escolas novas, os dois ultimamente nomeados conheceram bem a situação da educação na Europa e assim eram capazes de aconselhar ao rei quanto às reformas de ensino, o que ajudou a aproximação de estado de educação em Portugal aos países europeus.

Como vimos, na época de renascimento aconteceram em Portugal eventos importantes para a educação. Em primeiro lugar foi a avaliação de saber, típica para a época. O seu papel tinham também os descobrimentos marítimos, que influenciaram também a área de educação aumentando o número de disciplinas ensinadas no Estudo Geral e criando as escolas destinadas aos marinheiros. A Portugal chegou também a imprensa, que possibilitou a divulgação de livros e assim de cultura. É também nessa época que se finalmente pôs fim às transferências da universidade portuguesa e que foi promulgada a primeira reforma de ensino.

²⁰ C. Figueiredo Lopes, *História elementar de Portugal* (Porto: Porto Editora, 1993), p. 76.

3 Companhia de Jesus em Portugal

A Companhia de Jesus, uma das ordens religiosas mais conhecidas e importantes, foi fundada em 1539 na Itália por Inácio de Loyola. Logo depois da sua fundação era divulgada não só pela Europa, mas sim pelo ultramar (sobre a Companhia de Jesus no Brasil veja o capítulo a seguir). Um ano depois da fundação da ordem eram os Jesuítas convidados pelo rei para Portugal, onde desempenhavam a sua função de catequistas e de educadores.²²



Imagem 1: Símbolo da Companhia de Jesus²¹

3.1 Relações entre Jesuítas e Portugueses

Geralmente podemos dizer que a vinda dos Jesuítas era bemquista pelos portugueses. Era assim sobretudo nos anos que seguiam à chegada de membros de Companhia. Como é sabido, as maneiras de educação dos Jesuítas eram muito bem feitas e o seu ensino tornou-se brevemente procurado tanto entre as pessoas de povo como entre a nobreza e a Corte.

3.1.1 Jesuítas e o povo

A aceitação de Companhia de Jesus e dos seus membros pelo povo foi relativamente fácil. O ensino de Companhia tornou-se logo depois da sua chegada popular entre os portugueses e o número de pessoas que tiveram interesse em serem educadas era bem grande e as vagas nas escolas não bastavam para todos os interessados.

²¹ disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_de_Jesus, consultado em 8. 12. 2014.

²² Figueiredo Lopes, *História elementar de Portugal* (Porto: Porto Editora, 1993). p. 88.

Entretanto, com passar de tempo começaram os portugueses a criticar a Companhia de Jesus. Uma das razões eram os bens materiais de membros de Companhia. Além disso a crítica tem a ver com as mudanças da mentalidade e da situação ocorrida na Europa no século XVIII em relação ao iluminismo. As pessoas acharam que era preciso “modernizar” a escola jesuítica. Um exemplo de luta para essa modernização são as obras de Andrade de Figueiredo ou António de Verney. Nas suas obras criticavam os Jesuítas e propuseram como é que melhorar o ensino e torná-lo mais apropriado à época. É interessante lembrar que Verney percebeu como um dos primeiros a importância da educação de mulheres.²³ Acrescentemos só que a educação dos mulheres era para os brasileiros, respetivamente para os índios um tema a tratar já no meio de século XVI (veja o capítulo 4.2.1).

3.1.2 Jesuítas e os reis

A relação dos Jesuítas com os reis e a Corte foi também boa. O convite para os Jesuítas vem do rei D. João III (ao trono durante os anos 1521-1557). Os Jesuítas tiveram uma posição elevada na sociedade de então e conseguiram tomar posses até na Corte portuguesa.²⁴ Assim tornavam-se mais poderosos e tiveram mais respeito no país. Visto que eram os educadores de D. Sebastião (rei de Portugal entre os anos 1557-1578), tiveram grande influência também sobre ele. Influído pelas ideias religiosas de Jesuítas, decidiu ele a embarcar para a África com o objetivo de divulgar as ideias de cristianismo.²⁵ Depois de derrota de D. Sebastião e do seu exército na famosa batalha de Alcácer Quibir a qual seguiu a perda de independência, Portugal ficou sobre domínio espanhola durante 60 anos.²⁶ Entretanto, esse acontecimento histórico não influenciou o estado de educação em Portugal.

"A escola não tinha pátria. Nela só se falava Latim e em Latim se estudava a Lógica, a Retórica, a Artimética ou fosse o que fosse,

²³ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 20.

²⁴ Idem, p. 17.

²⁵ Figueiredo Lopes, *História elementar de Portugal* (Porto: Porto Editora, 1993). p. 86.

²⁶ Idem, p. 91, 94.

segundo as mesmas regras, ou mesmos compêndios, a mesma disciplina. Estar a estudar em Évora, em Salamanca, em Paris, em Roma ou na Boémia, nas escolas da Companhia de Jesus, era exactissimamente o mesmo. A presença castelhana no território português não teve, portanto, nenhum eco na actividade pedagógica da Nação. " ²⁷

Como vimos, nas escolas jesuíticas não ocorreram mudanças significativas devido a supremacia espanhola. Os Jesuítas tiveram um sistema unitário que foi sempre o mesmo em vários países de Europa. Portanto, esse sistema era relativamente independente da situação política no país e teve mais a ver com a posição da Igreja em cada um dos países. Sendo assim o domínio espanhol não teve grande influência sobre o estado de ensino em Portugal. Pois, os espanhóis não se ocupavam muito com as escolas portuguesas, havia apenas um tipo de controle do estado de ensino: da Espanha eram enviadas pessoas que vieram a Portugal com o objetivo de visitar as escolas e avaliá-las. Assim continuou a Companhia de Jesus com fundação de mais escolas, adquirindo ao mesmo tempo cada vez maior poder no país. Entretanto, falando sobre a situação financeira ou económica, já não se pode falar de expansão, pois a supremacia espanhola teve consequências negativas nesses setores.

3.2 Jesuítas e educação

Como já foi dito no capítulo 3.1.1, a Companhia de Jesus ganhou já no início da sua atuação as simpatias de povo. Pois, os Jesuítas apoiaram a ideia que o ensino deve ser de graça e deve servir para todos que tivessem interesse e habilidade. Esse fato foi um passo muito importante para a educação pública e gratuita. Entretanto, com crescente número de alunos era necessário convidar também os professores de estrangeiro e para que a Companhia pudesse pagar o vencimento desses professores, foi estabelecida a taxa escolar. ²⁸ Portanto, o ensino jesuítico deixou de ser de graça para os alunos apesar

²⁷ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Ceetano* (Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001), p. 361.

²⁸ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 17.

de que essa foi uma das características originais que lhes ajudou a tornar-se tão popular entre o povo português.

A primeira escola fundada pelos Jesuítas era aberta em 1553.²⁹ Seis anos mais tarde, em 1559 fundaram os membros de Companhia de Jesus com aprovação de papa Paulo IV³⁰ a segunda universidade portuguesa, a Universidade de Évora. Aí ensinava-se filosofia, moral, escritura, teologia especulativa, retórica, gramática, humanidades e mais tarde também matemática.³¹ Na Universidade eborense estudavam sobretudo pessoas que pretenderam tornar-se teólogos, estudar nela podiam entretanto também os leigos.

Quanto ao ensino superior, ao contrário do ensino secundário, esse tipo de educação não caiu completamente nas mãos de Jesuítas. Na época existia também a Universidade de Coimbra que não fazia parte das escolas jesuíticas. Ao mesmo tempo temos que admitir que a Universidade de Coimbra não ficou sem influência de Companhia, pois havia Jesuítas que nela davam aulas de matemática e de teologia.³²

Resumindo, podemos dizer que os anos que a Companhia de Jesus e os seus membros dedicaram ao ensino em Portugal eram muito importantes para a organização do ensino e também para a luta contra o analfabetismo. Os Jesuítas conseguiram abrir muitas escolas, até uma universidade, ensinaram pessoas de todas as camadas sociais e organizaram o ensino de uma maneira adequada. O nível das escolas era bem elevado e na época era comparável com os outros países de Europa. O problema era o lucro e o poder que eles conseguiram acumular durante os duzentos anos em Portugal. Isto, juntamente com a sua inadaptação às novas ideias na Europa, contribuiu a sua expulsão em 1759.

²⁹ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Ceetano* (Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001), p. 293.

³⁰ Os Jesuítas pediram primeiro a licença do rei, mas visto que ele não respondeu, dirigiram-se ao papa.

³¹ http://www.uevora.pt/conhecer/a_universidade, consultado em 2.3.2014.

³² Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 18.

3.3 Retrogressos da Companhia de Jesus

Entretanto, a expulsão de Jesuítas de Portugal e de colónias não significou fim de Companhia de Jesus em Portugal para sempre. Meio século mais tarde, concretamente em 1814 permitiu o papa o retrogresso de Companhia de Jesus e assim podiam em 1829 chegar a Portugal os primeiros Jesuítas de novo. Nesse ano foi, pois, o retrogresso permitido também pelo rei de Portugal que na época foi D. Miguel (ao trono entre 1828 e 1834). Voltando ao país começaram os Jesuítas a dedicar-se a sua missão pedagógica tal como foi antes do ano 1759. O rei suportou-os dedicando-lhes os prédios que tinham possuído antes. Os Jesuítas voltaram primeiro para Lisboa e mais tarde também para outras cidades como o Porto ou Coimbra. O tempo de permanência de Jesuítas em Portugal é quase o mesmo como o reinado de D. Miguel. Pois, o fim de reinado dele significa também outro fim para a Companhia que foi em 1834 expulsa de Portugal outra vez.³³

O segundo retrogresso aconteceu devido Carlos João Rademaker que junto com mais dois Jesuítas fundou em 1859 Colégio de Compolide. A esse colégio seguiam outras escolas e os Jesuítas suportaram o desenvolvimento de educação de novo. Além disso dedicaram-se os Jesuítas às missões nas colónias de Portugal como Índia ou Macau. O surgimento da primeira república portuguesa significou para a Companhia de Jesus outro fim até que eram em 1941 oficialmente reconhecidos de novo.³⁴ Até hoje dedicam-se à educação e às missões não só em Portugal mas na maioridade dos países europeus.

Como vimos, a permanência de Companhia de Jesus a partir de 1829 era duas vezes interrompida e assim bastante problemática. Portanto, a contribuição para o desenvolvimento de educação em Portugal era limitada e era tão significativa como durante a sua primeira permanência entre 1540-1759.

³³ Veronika Spurná, *Universidade de Évora e os Jesuítas* (Olomouc, 2009), p. 13-14.

³⁴ Idem, p. 14-16.

4 Atuação dos Jesuítas no Brasil

Como já vimos, a Companhia de Jesus foi muito bem recebida em Portugal e os membros da Companhia ganharam popularidade só poucos anos depois da sua chegada. Depois de descobrimento do Brasil em 1500 pelos portugueses, foi necessário tomar medidas para que as novas terras permanecessem sob a influência de Portugal e a catequese dos povos é um exemplo das medidas tomadas pela Coroa portuguesa. Levando em consideração o sucesso de Companhia de Jesus em Portugal durante os primeiros anos, não estranha que os escolhidos para a catequese e o ensino no Brasil tenham sido propriamente Jesuítas.

4.1 Vinda dos Jesuítas

A vinda dos Jesuítas ao Brasil aconteceu nove anos depois da chegada para Portugal. Já em março 1549 chegou à costa brasileira a nau que tinha no bordo padre Manuel de Nóbrega e mais cinco Jesuítas.³⁵ A esse primeiro grupo seguiu no ano 1551 o segundo. Esta vez chegou além dos padres também um grupo de vinte orfãos de Lisboa, que chegaram com o objetivo de ajudar aos Jesuítas.³⁶ Esse relativamente pequeno grupo de Jesuítas e os seus ajudantes ia aumentando, pois a esses dois grupos seguiam outros padres. A sua tarefa consistiu sobretudo em conversão dos habitantes das terras descobertas à fé católica, em catequese e também em educação dos indígenas. Temos que levar em consideração que os indígenas eram percebidas sobretudo como mão de obra. O verdadeiro objetivo de esforço de Jesuítas foi então sobretudo a controle dos indígenas.

4.2 Escolas jesuíticas

Uma das personagens mais importantes na evolução de educação no Brasil foi o já mencionado Manuel de Nóbrega. Ele foi o primeiro chefe de Jesuítas no Brasil (no

³⁵ Jan Klíma, *Dějiny Brazílie* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2011), p. 40.

³⁶ Lizete Shizue Bomura Maciel, Alexandre Shigunov Neto, *O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões* (Curitiba: Editora UFPR, 2008), p. 177.

cargo entre os anos 1549 e 1559). Foi também ele quem fundou a primeira escola brasileira. Assim aconteceu só poucos meses depois da chegada, concretamente em agosto 1549 na Bahia. O objetivo dessa escola foi ensinar os alunos indígenas a ler e a escrever.³⁷ Os acima mencionados orfãos desempenharam as suas funções auxiliares nessa mesma escola que por isso adquire o nome de Colégio de Meninos de Jesus. Além dessa escola foram nos primeiros dez anos fundados cinco escolas elementares e três colégios.³⁸ Quanto ao número das escolas no ano da expulsão de Jesuítas, os dados variam. Tito Lívio Ferreira, um dos autores que se dedicaram ao ensino brasileiro, escreve que em 1759 existiam no Brasil vinte colégios e doze seminários mais um colégio para mulheres.³⁹ Provavelmente não são dados exatos, mas chegam para termos alguma noção sobre o número das escolas.

4.2.1 Educação de meninas

Quanto à educação das meninas, a mentalidade dos brasileiros era menos limitada pelos preconceitos do que a europeia, respetivamente portuguesa. Os brasileiros acharam conveniente que também as meninas tivessem possibilidade de serem educadas. Por isso, Manuel de Nóbrega pediu por volta de 1552 a Dona Catarina, a avó de D. Sebastião (ao trono entre 1556-1578) que permitisse o ensino para mulheres. A rainha aliás nem achou o pedido digno de resposta e assim ficaram as mulheres sem o direito à educação.⁴⁰ Tiveram que se contentar apenas com ensino de boas maneiras e prendas domésticas.

4.3 Objetivo de ensino

Como os alunos nas escolas dos Jesuítas eram indígenas, os padres de Companhia de Jesus tiveram que aprender o tupi para que pudessem comunicar com os seus alunos e

³⁷ Lizete Shizue Bomura Maciel, Alexandre Shigunov Neto, *O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões* (Curitiba: Editora UFPR, 2008), p. 175.

³⁸ Idem, p. 177.

³⁹ Maria Luisa Santos Riberio, *História da educação brasileira. A organização escolar*, (São Paulo: Cortez Editora, 1987), p. 29.

⁴⁰ Beatriz Teixeira Fiquer, „O ensino no Brasil – primórdios“, *Verbum*, 2013, Nr. 3, p. 48.

dar-lhes aulas de português.⁴¹ Entretanto, com o passar do tempo, os bancos das escolas começaram a ser cada vez mais ocupados pelos filhos de colonos. Os indígenas tiveram que se conformar apenas com a catequização.⁴²

“A catequese, do ponto de vista religioso, interessava à Companhia como fonte de novos adeptos do catolicismo, bastante abalado com o movimento de Reforma. Do ponto de vista econômico, interessava tanto a ela como ao colonizador, à medida que tornava o índio mais dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão-de-obra.”⁴³

Lembrando que o objectivo da educação nessa época era o estudo de teologia e lembrando o fato que os indígenas não eram muito apropriados para esse estudo, estamos a ver que passo a passo a educação dos indígenas (ou melhor o ensino de ler a de escrever) perdeu a importância que teve no início da atuação de Companhia no Brasil. Assim a educação começou a ser uma prioridade dos ricos e dos nobres. Antes de tudo porque as vagas nas escolas eram poucas e quem os ganhou eram os ricos e os poderosos. Além disso a educação não tinha muita importância na vida das pessoas das camadas mais baixas sendo mais significativa outra vez para os ricos e para nobreza.

Comparando com a situação dos Jesuítas em Portugal era a tarefa dos Jesuítas no Brasil mais complicada. Em primeiro lugar era por causa da língua, pois os alunos dos Jesuítas falavam outra língua do que os seus educadores. Também os alunos dos Jesuítas no Brasil eram diferentes de que os em Portugal, pelo menos nos primeiros anos da sua atuação. Inicialmente foi o ensino no Brasil dirigido sobretudo aos indígenas que se aliás com o passar de tempo mostraram como incapazes (pelo menos no que diz respeito ao ensino mais elevado do que ensino elementar) e assim passou o foco da educação

⁴¹ Beatriz Teixeira Fiquer, *O ensino no Brasil – primórdios*, (2013), p. 50.

⁴² Maria Luisa Santos Riberio, *História da educação brasileira. A organização escolar*, (São Paulo: Cortez Editora, 1987), p. 25.

⁴³ Ibidem.

jesuítica para a classe mais alta. A situação complicavam também as camadas sociais e as diferenças que surgiram entre elas. Os Jesuítas em Portugal não tinham que enfrentar problemas com língua, diferenças entre camadas sociais ou alunos inadequados.

4.4 Sistema educacional

Nos primeiros anos era a divisão dos estudos feita segundo Manuel de Nóbrega. Segundo o seu plano de estudos aprendeu o aluno primeiro português, foi ensinado de doutrina cristã e depois passou a escola de escrever e ler. Os alunos tiveram a possibilidade de escolher entre canto orfeônico e música instrumental. Os alunos que preferiam trabalho manual continuavam com ensino profissional e agrícola. Os que preferiam continuar com educação, começaram a ocupar-se com gramática latina. Os melhores alunos tiveram depois a possibilidade de estudar nas universidades em Europa, geralmente em Portugal ou Espanha.⁴⁴

Essa divisão era substituída em 1556 quando começaram a ser válidas *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares* escritos pelo Inácio de Loiola. Segundo esse documento adaptou-se no Brasil um sistema parecido com o de Portugal. Os alunos tiveram aulas de humanidades, artes, filosofia, línguas e teologia.⁴⁵ Quanto à duração dos estudos, isto dependeu de talento de cada um dos alunos, pois não havia restrições temporais dos cursos, mas sim existiam apenas recomendações. Por exemplo, para o estudo de teologia, recomendavam-se quanto anos dedicados aos estudos e mais dois para revisão da matéria.

Quanto ao sistema educacional, outra mudança chegou em 1599.⁴⁶ Nesse ano saiu assim chamado *Ratio Studiorum*, um documento que na verdade foi um manual de trabalho para os Jesuítas. O padrão do sistema descrito nesse documento era a Universidade de Paris. O sistema educacional do Brasil tornou-se outra vez mais

⁴⁴ Maria Luisa Santos Riberio, *História da educação brasileira. A organização escolar*, (São Paulo: Cortez Editora, 1987), p. 23-25.

⁴⁵ *Constituições de Companhia de Jesus* (São Paulo: Edições Loyola, 2004), p. 144-146.

⁴⁶ Lizete Shizue Bomura Maciel, Alexandre Shigunov Neto, *O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões* (Curitiba: Editora UFPR, 2008), p. 180.

semelhante ao sistema europeu. Além de outros conselhos dedicados aos leitores de Companhia, por exemplo no que diz respeito aos métodos de ensino, estabeleceu esse documento também os graus de ensino. O primeiro grau designava-se estudos elementares. Os estudantes aprenderam a ler, a escrever e a contar. A seguir continuavam os alunos com os assim chamados estudos inferiores, os quais eram divididos em retórica, humanidades e gramática. Os alunos tiveram também as aulas de doutrina cristã que fazia parte de gramática.⁴⁷ Passando por os estudos inferiores, estudavam os alunos filosofia, as vezes também chamada estudo de artes e ciências. O ensino mais elevado era depois representado por teologia.⁴⁸

Comparando com o sistema em Portugal, chegamos a saber que desde 1556 valeu nos dois países um sistema parecido, visto que nesse ano saíram normas que eram válidas para todos os membros da Companhia de Jesus. O sistema consistiu em graus que seguiam um aos outros. Quanto às disciplinas, era em comum desde 1599 apenas teologia e filosofia, as disciplinas que eram ensinadas antes dessas duas variam. Geralmente podemos dizer que o sistema educacional era em ambos os países dividido em três graus: ensino elementar, secundário e superior em Portugal e elementar, inferior e ensino de filosofia e teologia no Brasil. Como vimos, falta no Brasil o ensino superior. Lembremo-nos que os Jesuítas em Portugal conseguiram em 1559 abrir a Universidade eborense, a segunda universidade portuguesa.

4.5 Fim de Companhia de Jesus no Brasil

No início da sua carreira escolástica eram os Jesuítas interditos de terem bens materiais. Entretanto, esse fato mudou. Em 1564 declarou D. Sebastião, o rei de Portugal de então, que à Companhia de Jesus cabe a décima parte de todos os dízimos.⁴⁹ Assim foi a Companhia de Jesus cada vez mais rica e assim também mais poderosa não só em Portugal senão no Brasil. Como já vimos, essa nova característica de Jesuítas foi provalmente uma das razões para a sua expulsão de Portugal e também do Brasil, que se

⁴⁷ Leonel Franca, *O método pedagógico dos jesuítas* (Rio de Janeiro: Edição Agir, 1952), p. 182.

⁴⁸ Idem, p. 45.

⁴⁹ Maria Aparecida dos Santos Rocha, *A educação publica antes de independência*, p. 3.

deve ao Marquês de Pombal e ocorreu em 1759. A razão oficial da sua expulsão aliás era o atentado ao rei, do qual era acusada a Companhia de Jesus. Há autores que defendem essa versão oficial e argumentam com o fato que a Companhia de Jesus foi expulsa também da França ou de Espanha. A atuação de Jesuítas no Brasil tinha então a duração de 210 anos.

É bastante óbvio que durante essa época bem prolongada tiveram os Jesuítas grande influência sobre o sistema educacional no Brasil. Eram os primeiros educadores,⁵⁰ tiveram um sistema educacional muito bem feito e além disso eram capazes de adaptar os seus métodos aos índios.⁵¹ Por outro lado, temos que acrescentar que apesar de todo o esforço de Jesuítas feito nas escolas de todos os tipos a educação foi durante os 210 anos no Brasil limitada a um pequeno grupo de pessoas. Visto que acerca de 50% de habitantes eram mulheres que não tinham direito à educação e mais ou menos 40% de habitantes eram escravos e nem eles podiam frequentar as aulas, cabe aos alunos de Jesuítas menos de que 0,1% de pessoas na época.⁵² Assim chegamos a saber que os Jesuítas apenas começaram um caminho muito longo para a educação para todos.

Comparando os problemas que tiveram os Jesuítos que enfrentar em Portugal com os de Brasil, chegamos a saber que há notáveis diferenças entre os dois países. A educação portuguesa tinha já no tempo da chegada dos Jesuítas para Portugal uma certa tradição. As escolas já tinham funcionado quase trezentos anos e também a primeira universidade já tinha funcionado enquanto as escolas que os Jesuítas fundaram no Brasil eram as primeiras desde sempre. Esse atraso das escolas brasileiras quanto à fundação das escolas influenciou negativamente o progredimento das escolas, seja quantitativo ou qualitativo, visto que as escolas portuguesas eram capazes de ensinar maior parte de habitantes de que no Brasil. Assim tinha o Brasil problema com falta de vagas enquanto em Portugal faltavam as pessoas que não andassem nas escolas e trabalhassem no

⁵⁰ Há autores que dizem que eram também últimos.

⁵¹ Sobre a adaptação fala-se sobretudo nos primeiros cem anos. Como já foi descrito acima, mais tarde era o ensino destinado mais aos filhos de colonos e às camadas mais ricas.

⁵² Dermeval Saviani, „História da educação no Brasil: Um balanço prévio e necessário“, *Revista brasileira de educação*, 2000, N. 14.

campo ou lutassem pelo país. A posição do Brasil como a colônia de Portugal era também diferente visto que o objetivo da colônia era sobretudo lucro e assim os colonizadores não se interessavam em investir dinheiro em educação dos brasileiros e portanto foi o dinheiro que chegou de Portugal bastante limitado. O ensino de indígenas brasileiros tornou-se também mais difícil devido a língua deles, pois os indígenas não falavam português. Assim foi o ensino mais complicado e também mais prolongado. Os Jesuítas em Portugal não tinham que enfrentar esse problema. Por outro lado, podemos encontrar dificuldades que existiam tanto no Brasil como em Portugal. Era a falta dos professores e falta de dinheiro (sendo essa ainda mais grave no Brasil do que em Portugal).

5 Iluminismo em Portugal

O século XVIII representou na Europa uma certa ruptura com poder da Igreja. Ao mesmo tempo tornou-se a ciência e o saber cada vez mais relevante. A vida após a morte deixou a sua importância e as pessoas da época começaram a ocupar-se com a vida terrena. Esse século podemos associar com numerosas invenções, desenvolvimento das ciências e geralmente também com o crescimento de interesse do povo e dos governadores na educação. Quanto à maneira de governança da época, surgiu o assim chamado absolutismo ilustrado. O poder dos governadores foi ilimitada, mas os governadores geralmente apoiaram o desenvolvimento da cultura e melhoramento da situação económica.

5.1 Marquês de Pombal e as suas reformas

Em 1750 subiu ao trono D. José I (no trono até a sua morte em 1777), o qual nomeou como o seu primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, dando-lhe o título de conde de Oeiras, hoje conhecido sobretudo como Marquês de Pombal.⁵⁴ Com ele chegou a Portugal a nova maneira de governar, o absolutismo ilustrado. A sua longa permanência no poder era dura, mas ao mesmo tempo trouxe reformas de vários setores, sobretudo em política, administrativa e economia. Uma das suas mais conhecidas medidas é certamente a expulsão de Companhia de Jesus de Portugal em 1759. A razão



Imagem 2: Marquês de Pombal⁵³

⁵³ disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/revista/revista15b.htm>, consultado em 11. 7. 2012.

⁵⁴ C. Figueiredo Lopes, *História elementar de Portugal* (Porto: Porto Editora, 1993), p. 107.

dessa medida é objetivo de discussões até hoje. Em primeiro lugar temos que acrescentar que Marquês de Pombal foi já na época conhecido pelo seu ódio de Jesuítas. Lembremo-nos que a Companhia de Jesus tornou-se durante os duzentos anos da sua permanência em Portugal bem abastada e também poderosa. Assim representou certa ameaça ao poder do primeiro ministro que, como já foi aludido acima, foi um soberano absolutista e não suportou outra autoridade. Outro fato a considerar é que a situação em Portugal não foi depois de supremacia de Espanha muito boa, pelo menos no que diz respeito à economia do país. A situação ainda piorou depois de terramoto em 1755 que destruiu uma parte considerável de Lisboa. Foi preciso reconstruir a cidade mais rápido possível e para essa tarefa necessitou-se sobretudo dinheiro. Como já foi dito, os haveres da Companhia foram consideráveis e assim não é nada de surpreendente que depois da expulsão ficaram todos os bens da Companhia na mão da Coroa portuguesa. Portanto, depois de atentado ao rei, foram os Jesuítas acusados desse atentado (além disso foram os Jesuítas culpados também da má situação cultural e económica do país) e logo seguiu a sua expulsão de Portugal e também das colónias. Nesse tempo, todas as escolas além de Universidade de Coimbra foram nas mãos de Jesuítas, por isso foi necessário substituir o sistema educativo de Jesuítas de uma maneira rápida e efetiva. É também interessante que António Verney (veja capítulo 3.1.1), autor de *Verdadeiro método de estudar* e crítico de Jesuítas, foi depois de expulsão de Jesuítas de Portugal um dos conselheiros de Pombal e assim uma das pessoas que ajudaram ao reestabelecimento de sistema educativo.

5.1.1 Educação de comerciantes

Marquês de Pombal ficou consciente da má situação económica do país e logo no início da sua governança tomou medidas necessárias. Uma dessas medidas consistiu em fundação de Aula de Comércio.⁵⁵ O ensino nessa escola devia ajudar ao melhoramento de conhecimentos de comerciantes em Portugal, os quais às vezes não tinham nem os conhecimentos básicos. Assim aprendiam nas aulas informações úteis para a execução das suas profissões. Além de ensino de matemática ganharam os alunos informações

⁵⁵ Na terminologia de hoje seria „Escola de Comércio“.

sobre moedas, medidas, pesos e câmbios.⁵⁶ Para maior aproveitamento dessa escola foram aceites sobretudo os filhos de negociantes, pois foi provável que eles exercessem a mesma profissão como os seus pais. Assim garantiu Marquês de Pombal a educação para as pessoas que trabalhavam no setor económico, o que ajudou a elevação do estado da economia do país.

5.1.2 Fiscalização do sistema escolar

Durante toda a história de ensino em Portugal não foi estabelecida nenhuma função que tivesse como objetivo o controle sob o ensino. Marquês de Pombal foi o primeiro que a fundou. Foi a função de Diretor-Geral dos Estudos e quem a desempenhou teve que seguir a evolução de ensino e informar o rei sobre estado, nível e problemas de ensino.⁵⁷ Entretanto, o rei não se ocupou com esse problema e as cartas de Diretor-Geral dos Estudos ficaram por ser respondidas. Em 1768 foi fundada a Real Mesa Censória e três anos mais tarde já exerceu as tarefas de Diretor-Geral dos Estudos, substituindo assim essa função.⁵⁸ O Diretor-Geral de Estudos e a Real Mesa Censória foram então primeiros cargos, que se ocupavam com o funcionamento da educação no país, representando um dos passos à centralização do poder. Esses dois cargos podemos então considerar como antecessores de ministério de educação de hoje.⁵⁹

5.1.3 Graus de ensino

Uma das novidades estabelecidas pelo primeiro ministro foi um novo sistema de graus de ensino. Os graus foram dois, na época assim chamadas Escolas Menores e Escolas Maiores. As Escolas Menores funcionavam como escolas preparativas para o ingresso às Escolas Maiores, i. é. ao ensino superior. Os dois tipos de escolas foram gratuitos e abertos para todos que nelas pretendessem estudar.

⁵⁶ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 23.

⁵⁷ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Ceatano* (Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001), p. 460.

⁵⁸ <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=222>, consultado em 3. 4. 2014.

⁵⁹ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 24.

O maior problema que as escolas tiveram que enfrentar foi a falta dos professores, pois precisavam-se pessoas que pudessem dar aulas nas escolas recentemente criadas. Visto que com a saída dos Jesuítas de Portugal saíram quase todos os educadores, estamos a ver que arranjar os novos leitores foi uma tarefa bem difícil, até impossível. Na verdade não se conseguiu o número suficiente de professores e em consequência baixaram-se as exigências da admissão das pessoas para essa profissão, o que resultou também em abaixamento da qualidade dos conhecimentos dos leitores e, logo a seguir, também do nível do ensino e do nível dos conhecimentos dos alunos. Além da falta dos leitores havia também a falta dos recursos.⁶⁰

No que diz respeito às outras novidades durante o governança de Sebastião José de Carvalho e Mello, foi elaborada a reforma das universidades portuguesas (i. é. das Escolas Maiores). A universidade de Coimbra foi modernizada e foi fundada Faculdade de Medicina, Faculdade de Matemática e Faculdade de Filosofia. Assim começaram-se em Portugal a ensinar cursos novos. Pombal ajudou também à evolução da ciência fundando laboratórios e observatórios para que Portugal pudesse manter o passo com a evolução da ciência no resto da Europa.

Resumindo, o primeiro ministro de D. José I apercebeu-se da importância da educação na época e elaborou também várias reformas de educação. Foi ele quem começou com centralização do poder do país (fundação de Diretor-Geral dos Estudos e Real Mesa Censória) e quem tirou o poder da Igreja, começando assim a secularizar o ensino no país (expulsão dos Jesuítas). Entretanto, ele não dedicou a atenção necessitada para a aplicação das suas reformas, mesmo que fossem boas. Ele não foi sempre suficientemente consequente e por isso algumas das suas propostas não foram realizadas de uma maneira que funcionasse, como por exemplo o Colégio dos Nobres em Lisboa. Esse foi fundado em 1761, mas as primeiras aulas foram ensinadas apenas em 1765. Esse atraso junto com o caos no Colégio retirou muitos alunos e assim fechou o

⁶⁰ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 25.

Colégio dos Nobres em 1837.⁶¹ Enfim, ele mandou sair os Jesuítas, mas não foi capaz de reestabelecer o nível de sistema educativo atingido por eles.

5.2 Maria I (1777-1816) e a sua influência sob a educação

No ano da morte de D. José I demitiu o seu primeiro ministro Marquês de Pombal e em 1777 chegou ao poder a segunda representante do absolutismo ilustrado em Portugal, D. Maria I (ao trono em 1777-1816). Sendo muito religiosa não compartilhou as mesmas ideias de Pombal, que devido à sua governança tirânica não tinha defensores. Assim não foi difícil anular algumas das reformas de Marquês de Pombal, pois no país havia relativamente muitos oponentes dele. Além disso aboliu também a Real Mesa Cesória e substituiu-a pela Junta de Diretoria-Geral de Estudos.⁶² Entretanto, algumas das reformas pombalinas faziam já parte do sistema educacional e não foi possível mudar todas.

Tal como o seu antecessor, está à D. Maria I ligada a fundação de várias instituições. É por exemplo a fundação de Academia de Ciências, Academia Real de Marinha ou fundação da Biblioteca Pública de Lisboa.⁶³ Essas instituições foram necessárias para o desenvolvimento da educação e da cultura portuguesa.

5.2.1 Escolas Menores

A maioria das reformas proclamadas pela rainha dedicou-se às Escolas Menores, denominação de escolas primárias e secundárias conduzida já por Marquês de Pombal. Nas Escolas Menores ensinavam-se primeiro os conhecimentos básicos como a leitura, a escrita e a aritmética. Passando por essas disciplinas, continuavam os alunos com filosofia, línguas ou com desenho. Entretanto, devido à falta dos professores (veja capítulo 5.1.3) foi muitas vezes ensinada apenas a gramática latina.⁶⁴

⁶¹ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 24.

⁶² Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Ceato* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001), p. 496-497.

⁶³ C. Figueiredo Lopes, *História elementar de Portugal* (Porto: Porto Editora, 1993), p. 109.

⁶⁴ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 27.

D. Maria foi a primeira rainha portuguesa que estabeleceu a educação das meninas. Em 1815 foi aberta a primeira escola para meninas em Portugal. Aí aprenderam as alunas a ler, a escrever a contar e foram ensinadas também de habilidades úteis para tratamento do lar.⁶⁵ Lembremo-nos só que a ideia de educação de mulheres surgiu primeiro na obra de António de Verney em meio de século XVIII, mais de 60 anos antes da fundação da primeira escola para meninas (veja capítulo 3.1.1)

5.2.2 Escolas Maiores

Sendo as Escolas Menores de maior interesse de D. Maria, andaram as Escolas Maiores um pouco esquecidas. Os portugueses da época acharam mais importante a aprendizagem dos conhecimentos básicos ensinados nas Escolas Menores do que o ensino universitário. A única instituição do ensino superior foi na época a Universidade de Coimbra. Esse enfrentou um dos problemas mais graves da época: comportamento dos alunos. Eles não se ocupavam com a escola, não frequentaram as aulas e não estudavam a matéria dada e assim foi necessário de tomar medidas para pacificação da situação. Os estudantes que se comportavam de uma maneira inadequada foram ameaçados de serem enviados para Índia ou de serem aprisionados.⁶⁶

5.2.3 Os professores

Desde a expulsão de Jesuítas havia em Portugal problema com a falta dos professores, o que também tem a ver com a qualidade dos mestres. A maioria das pessoas que davam aulas na época, não tinha conhecimentos de pedagogia. Na verdade bastou se a pessoa sabia ler e escrever. A maioria dos leitores foram eclesiásticos, geralmente por razões económicas. Pois, foi mais barato pagar um frade do que um professor.⁶⁷ A qualidade pedagógica das pessoas portanto não foi atributo decisivo.

⁶⁵ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Ceatano* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001), p. 466.

⁶⁶ Idem, p. 506.

⁶⁷ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 28.

Geralmente podemos dizer que durante a governança de D. Maria I continuou a evolução iniciada por Marquês de Pombal, admitindo que há também alterações consideráveis como por exemplo a volta de educação sobre a influência da Igreja. Entretanto, o que importa é o interesse da rainha pela educação visto nas reformas de ensino ou por exemplo na fundação das escolas para meninas.

6 Iluminismo brasileiro

As ideias de iluminismo chegaram no século XVIII também para o Brasil, geralmente por causa da relação com Portugal e também graças às pessoas que estudavam na Europa e voltando para o Brasil trouxeram consigo as novas maneiras de pensar. O resultado dessas novidades trazidas para o Brasil foram várias revoltas e conspirações, surgidas sobretudo na segunda metade de século. Em primeiro lugar era a famosa Inconfidência Mineira, a qual pôs o fim a Coroa portuguesa em 1789, a Conjuração Fluminense acontecida cinco anos mais tarde ou a Revolta dos Alfaiates em 1798. Assim teve o iluminismo grande influência na futura independência brasileira.

6.1 Relação com Metrópole

Como já sabemos do capítulo anterior, a situa o em Portugal não era muito agradável, sobretudo no que se refere   situa o financeira do país. Assim não estranha que o Brasil representou para os portugueses sobretudo uma fonte de lucro. Na passagem do século XVII para o século XVIII foi descoberto ouro em Minas Gerais e esse ouro foi visto como uma das saídas dos problemas na época. Visto do outro lado, os problemas do Brasil ficaram para os governadores portugueses sempre no segundo lugar quanto   importância e o desenvolvimento do país, seja político ou cultural, era mais devagar e mais complicado do que em Portugal.

6.2 Reformas pombalinas

Sendo Marquês de Pombal inimigo de Jesuítas, tentou reestabelecer o sistema educacional de novo. Entretanto, o que foi na verdade alterado foi sobretudo o conteúdo ensinado nas escolas, o método de ensino ficou o mesmo.⁶⁸ Temos ainda que acrescentar que a substitui o do sistema jesuítico levou no Brasil mais de dez anos. Passou então um período prolongado sem que se fizesse alguma coisa para o desenvolvimento das escolas. Geralmente podemos dizer que as reformas pombalinas caracteriza em primeiro

⁶⁸ Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da educa o brasileira: A organiza o escolar* (São Paulo: Cortez, 1992), p. 33.

lugar a secularização do ensino, a importância de formação de nobreza e a simplificação dos estudos.⁶⁹

Como já sabemos, em Portugal havia problema com a aplicação das reformas, pois o seu autor nem sempre se interessou pela sua entrada em funcionamento. A mesma coisa aconteceu no Brasil. Aí havia propostas que nunca saíram do papel. É por exemplo a proposta de criação de duas escolas em cada vila indígena, uma para as moças e outra para os moços. Aí aprenderiam as alunas e os alunos a ler, a escrever e a contar e seriam ensinados também de doutrina cristã e de português. As meninas adquiriam mais as informações sobre tratamento de casa.⁷⁰ O plano não foi realizado e essa ideia que provavelmente ajudaria bastante à evolução de ensino ficou esquecida.

6.2.1 Sistema escolar

As escolas no Brasil não tinham o mesmo sistema como as portuguesas. Não havia nem Escolas Menores nem Escolas Maiores. Em vez disso, existiam apenas as Escolas de ler e escrever, cujo objetivo está bem claro e também as assim chamadas aulas régias, as vezes também chamadas avulsas. Foi a substituição de estudo de humanidades, o qual Marquês de Pombal suprimiu. Assim era ensinado latim, filosofia, retórica e grego.⁷¹ O curso não tinha sistema, era apenas uma série de aulas isoladas dependendo a ordem de cada um dos professores. Nesse tempo não existia no Brasil o ensino superior. Quem quis estudar na universidade, teve que ir para a Europa. Lembremo-nos só que nessa época a viagem para a Europa não era nada de barato, levou muito tempo e era bastante perigosa.

⁶⁹ Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: A organização escolar* (São Paulo: Cortez, 1992), p. 34.

⁷⁰ Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal: Paradoxo de Iluminismo* (Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1996), p. 104.

⁷¹ Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: A organização escolar* (São Paulo: Cortez, 1992), p. 34.

Quanto ao número das escolas existentes, na época havia só poucas. Em 1784 havia por exemplo em São Paulo apenas nove escolas de primeiras letras e mais nove em Rio de Janeiro (das quais funcionavam em 1798 apenas duas).⁷²

6.2.2 Recursos

Sabendo que a educação em Portugal tinha que enfrentar o problema de falta de dinheiro, está bem claro que apesar de achamento de jazidas de ouro no Brasil a situação no Brasil não era melhor. Marquês de Pombal tentou resolver esse problema com criação de um imposto novo, que foi no Brasil posto sobre carne e aguardente. Pombal chamou esse imposto de subsídio literário.⁷³ Dinheiro captado pelo imposto não era pouco, entretanto só foi aplicado durante o governo de D. Maria I.⁷⁴

6.2.3 Professores

Além da falta de dinheiro sentiu-se também a falta dos professores. Alguns professores foram enviados de Portugal, mas não foi possível enviar todos que fossem precisos, pois as professores faltaram também em Portugal. Em 1759 foi no Brasil estabelecido uma função que tinha como objetivo a controle dos professores e dos livros de ensino. Tal como em Portugal foi o diretor geral dos estudos. Foi ele quem dava a licença para os professores.⁷⁵ Mesmo assim ensinavam nas escolas brasileiras professores leigos sem formação pedagógica e o ensino não atingiu o nível das aulas de Jesuítas.

Estámos então a ver que a expulsão de Jesuítas causou problemas graves tanto em Portugal quanto no Brasil. Considerando as razões da sua expulsão (seja o atentado ao rei ou o comportamento dos membros da Companhia de Jesus), estamos a ver que a expulsão de Portugal e das suas colônias não tinha nada a ver com os Jesuítas no Brasil. Quer dizer que as escolas brasileiras sofreram dessa medida de Pombal sem que

⁷² Maria Aparecida dos Santos Rocha, *A educação pública antes de Independência* (São Paulo: UNESP, 2005), p. 11.

⁷³ Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal: Paradoxo de Iluminismo* (Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1996), p. 105-106.

⁷⁴ Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: A organização escolar* (São Paulo: Cortez, 1992), p. 35.

⁷⁵ Idem, p. 34.

existisse alguma relação entre essa medida e os Jesuítas no Brasil. Outro fato a considerar é que os problemas causadas por essa medida (i. é. sobretudo a falta dos recursos financeiros e a falta do corpo docente) foram mais graves no Brasil do que em Portugal. Assim aprofundou-se nesse tempo a orientação do sistema escolar brasileiro à elite. As escolas eram poucas, portanto também o número das estudantes era bem limitado. O que dividiu o povo em dois grupos – os que tinham a maior oportunidade de estudar e os que a não tinham – era justamente o dinheiro. É nesse tempo que surgiram dois tipos de escolas – um para burguesia e nobreza e outro para as pessoas do povo.⁷⁶

6.2 Presença da Corte (1808-1821)

Uma das consequências das agitações na Europa no fim do século XVIII foi a invasão de Napoleão Bonaparte para Portugal. Em 1806 declarou Napoleão o Bloqueio Continental. A Inglaterra foi na época um grande rival da França e o Bloqueio Continental foi apontado contra ela. A França exigiu que os portos dos países europeus ficassem fechados para os navios ingleses.⁷⁷ Entretanto, Portugal tinha há muito tempo boas relações com a Inglaterra, os dois países eram aliados. Por isso, o governo de Portugal não queria respeitar o decreto de Napoleão que prejudicava o seu aliado, pois a Inglaterra era um país forte e o governo português teve medo de consequências de fechamento dos portos portugueses para o seu velho aliado. No fim tentou Portugal agradar os dois lados, ou melhor, não irritar nenhum dos dois países. Formalmente aderiu ao Bloqueio Continental, mas ao mesmo tempo concedeu a manobra dos navios ingleses. Napoleão não ficou satisfeito com essa solução e mandou as tropas francesas invadir Portugal. O governo português resolveu fugir para o Brasil e assim oficialmente salvar a dinastia de Bragança.⁷⁸ Assim aconteceu no fim de ano 1807, a Coroa portuguesa chegou à costa brasileira junto com as 15 000 pessoas de Corte em 1808.

⁷⁶ Lizete Shizue Bomura Maciel, Alexandre Shigunov Neto, *A educação brasileira no período brasileiro: uma análise histórica das reformas pombalinas de ensino* (São Paulo, 2006), p. 7.

⁷⁷ C. Figueiredo Lopes, *História elementar de Portugal* (Porto: Porto Editora, 1993), p. 111.

⁷⁸ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 237-8.

6.2.1 Influência sobre a educação

A presença da Corte portuguesa mudou bastante a relação entre os dois países. Até agora era uma relação de submissão brasileira, mas agora isso começou a mudar. Quanto à educação, aconteceu pela primeira vez, que as reformas de ensino brasileiro foram declaradas com base de conhecimento da situação real no país e das necessidades que a educação brasileira realmente teve.⁷⁹

A Corte portuguesa exigiu o pessoal que trabalhasse na administrativa. Essas pessoas precisavam pelo menos os conhecimentos básicos. Por isso foram fundadas novas escolas de primeiras letras. O ensino secundário não sofreu de mudanças notáveis e consistiu sempre em aulas régias, tal como era no tempo pombalino. Geralmente aliás podemos dizer que a presença da Corte tinha boa influência sobre o ensino no Brasil.

6.2.2 Fundação de instituições

Além das próprias escolas foram fundadas também instituições culturais, como por exemplo a Imprensa Régia em 1808, a Biblioteca pública em 1810, Jardim botânico no Rio de Janeiro no mesmo ano ou Museu nacional em 1818. Nesse tempo foi também publicado o primeiro jornal e as primeiras revistas brasileiras.⁸⁰ Assim fica bem claro que graças a essas instituições foi possível avançar a evolução cultural do país, incluindo a educação.

Com a Corte chegou ao país mais dinheiro e também mais interesse pelo próprio país e o seu desenvolvimento, o que possibilitou a abertura de escolas de todos os tipos. Por outro lado, temos que acrescentar que esse desenvolvimento ocorre quase inclusivamente na Bahia e no Rio de Janeiro.⁸¹ As aldeias pequenas ficam então esquecidas. Geralmente podemos dizer que a permanência da Corte portuguesa no

⁷⁹ Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: A organização escolar* (São Paulo: Cortez, 1992), p. 41.

⁸⁰ Idem, p. 40.

⁸¹ Maria Aparecida dos Santos Rocha, *A educação pública antes de Independência* (São Paulo: UNESP, 2005), p. 11.

Brasil significou para o Brasil mudanças positivas. As pessoas da Corte pelo menos finalmente chegaram a conhecer a situação real no Brasil. E, enfim, foi o início do caminho para a independência do Brasil.

Resumindo os acontecimentos da época de iluminismo (i. é. da segunda metade de século XVIII e o início de século seguinte), tem que ser dito que a segunda metade do século XVIII começou de maneira desventurosa, pelo menos no que se refere ao ensino. Marquês de Pombal pôs o fim às atividades instrucionais de Jesuítas tanto em Portugal como no Brasil e até a sua demissão não conseguiu recompensar o sistema educacional jesuítico. As consequências dessa medida foram mais evidentes e mais graves no Brasil de que em Portugal. O nível de educação brasileira e portuguesa baixou-se, entretanto a recuperação em Portugal foi mais rápida e atingiu nível mais alto do que no caso do Brasil. A educação brasileira perdeu o sistema e a unidade, vendo-se assim obrigada a começar a sua evolução de zero. O início do século XIX era marcado pela chegada de Corte portuguesa, uma das consequências de Guerras Napoleónicas. Esse acontecimento foi um impulso para um início novo de desenvolvimento da educação brasileira. Por outro lado, surge nesse tempo também a divisão de escolas segundo a camada social dos alunos, o que é certamente um dos problemas mais graves de educação brasileira de hoje.

7 Século XIX em Portugal

No início do século XIX resolveu Napoleão Bonaparte ocupar Portugal. Portanto, o rei D. João VI fugiu com a Corte portuguesa para Brasil e assim ficou a conquista do país ainda mais fácil. Uma das consequências dessa guerra foi a crise económica visto que o exército francês levou consigo quase tudo que tinha valor. Na década de vinte cresceu o poder de liberais, o que provocou descontentamento entre os absolutistas e o resultado de proclamação de constituição mais liberalista em 1822 foi a guerra civil entre os liberais e os absolutistas (entre os quais foi também o filho do rei, D. Miguel). Além disso, perdeu Portugal nesse tempo a sua maior colónia. O Brasil proclama, pois, em 1822 a sua independência. Depois da morte de D. João VI e da recusação do trono por D. Pedro começa o reinado absolutista de D. Miguel (no trono 1828-1834). Seis anos mais tarde é entretanto estabelecido o liberalismo de novo quando D. Pedro se apodera do trono. Nem a subida do liberalismo significa paz no país, pois os liberais não foram capazes de entrar em acordo no que diz respeito à constituição válida. Os liberais mais radicais preferiam a constituição de 1822 e os liberais mais conservadores exigiam que se estabelecesse a constituição de 1826. Afinal foi em 1838 declarada uma constituição mais radical. Nem isso aliás unificou o povo. Só poucos anos mais tarde começaram a aparecer as ideias republicanas, os quais entraram no conflito com o liberalismo. Além da luta entre os próprios portugueses, o povo tinha que se enfrentar com as epidemias de doenças mortais que provavelmente foram consequências da situação económica depois das guerras com França.

7.1 Mudanças do sistema educacional

A situação política em Portugal no século XIX foi bastante instável. Vários partidos trocaram-se no poder, promulgando cada um reformas diferentes. Essas reformas referiram-se também ao ensino, mas como mudaram frequentemente, a contribuição ao desenvolvimento da instrução portuguesa foi problemática. Entretanto, apesar da situação adversa, surgiram em Portugal de século XIX mudanças significativas.

7.1.1 Escolas móveis

Nessa época foram em Portugal fundadas as escolas móveis. Essas escolas foram destinadas às pessoas adultas, que nelas aprenderam os conhecimentos básicos como a leitura ou escrita. A escola não funcionava num espaço fixo, senão mudara duma cidade para outra, conforme foi preciso.⁸² As pessoas adultas da época foram ocupadas com os seus trabalhos e foi muito difícil afastar-se das suas casas. Por isso mesmo criaram-se as escolas móveis. Grande vantagem desse tipo de escolas foi o fato de que nelas foram ensinadas as pessoas adultas. Pois, a educação das crianças não teve em Portugal tradição muito longa e assim foi a maioria das pessoas idosas analfabeta.

7.1.2 Ensino mútuo

É também nesse tempo quando chegou a Portugal a ideia de ensino mútuo. Como já sabemos, um dos mais graves problemas no país foi a falta do corpo docente. O ensino mútuo resolveu em parte esse problema autorizando os estudantes mais jeitosos a ensinar a matéria aos seus colegas. Esse tipo de escolas foi em Portugal aplicado em todos os graus de ensino, muito aproveitado foi também na educação dos soldados.⁸³

7.1.3 Ensino secundário

O grau mais focalizado no século XIX foi o ensino secundário. Em primeiro lugar foram criadas “as escolas normais”.⁸⁴ A inauguração das escolas normais foi mais uma solução da falta dos professores. Em 1810 foi fundada a primeira dessas escolas, cujo objetivo foi a formação dos professores. A condição para ingresso às escolas normais foram os conhecimentos básicos, sobretudo o conhecimento da leitura e da escrita. A duração do curso foi quatro anos.

Além das escolas normais surgiu na época uma outra novidade importante. No fim do século XIX foram abertos os primeiros liceus. Isto significou a inauguração do grau secundário, que até agora fazia em Portugal falta. Aí chegaram alunos que já tinham

⁸² Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012), p. 30.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Assim eram chamadas as escolas, onde estudaram os futuros professores.

passado pela educação elementar e desejaram continuar a estudar. Depois de terminação desse grau foi possível estudar na universidade de Coimbra. Durante os primeiros anos da instalação de liceus em Portugal variou a duração do ensino até o ano 1904 quando foi a duração unificada estabelecendo cinco anos de estudos.⁸⁵

7.2 Mudança de atitude à educação

Para o século XIX é típica a consciência da importância da educação. É também nesse tempo que começa a ser óbvia a conexão entre o desenvolvimento da economia do país e o desenvolvimento de educação (visto que durante toda a história da educação surgiram várias reformas que não saíram de papel geralmente por causa de falta de recursos). Ficou também claro, que a relação não é unilateral. Pois, os recursos tornam possível o desenvolvimento da educação e mais adiante as pessoas educadas possibilitam a elevação da economia no país.

A consciência do significado da educação para o desenvolvimento do país foi um impulso para a luta contra o analfabetismo. Até agora adquiriam a educação apenas as pessoas ricas ou as pessoas que pertenceram à Igreja. O resto da população foram analfabetos. A partir de agora começa o ensino a estender-se a um grupo de pessoas mais numeroso.

Graças às mudanças mencionadas acima tornou-se possível o estabelecimento de obrigatoriedade escolar. Assim aconteceu em 1836.⁸⁶ É importante que nesse regulamento foram envolvidas também as meninas. Todas as crianças no país foram então obrigadas a andar na escola primária, sendo esse grau de ensino gratuito para todos.

Como fica claro do parágrafo acima, também a educação de mulheres tornou-se um dos tópicos da época. Entretanto, não se estreitou apenas à escola primária, mas sim nesse

⁸⁵ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012), p. 31.

⁸⁶ Idem, p. 32.

século conseguiam as mulheres o acesso também às universidades, as primeiras mulheres começaram os seus estudos superiores em 1891.⁸⁷

Acrescentemos só que as escolas secundárias ficaram abertas para as meninas só pouco mais tarde, concretamente em 1906 quando foi aberto o primeiro liceu para as meninas.

⁸⁷ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Ceatano* (Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001), p. 626, 646.

8 Império brasileiro (1822-1888)

A situação em Portugal durante a ausência da Corte portuguesa foi bastante precária, o descontentamento era cada vez maior, no Porto e em Lisboa revoltaram-se em 1821 as pessoas contra o absolutismo no país desejando uma constituição mais liberal. As Cortes Constituintes, a instituição principal durante a permanência de D. João VI no Brasil, exigiram que o rei e a Corte voltasse para Portugal.⁸⁸ O rei hesitou bastante tempo, mas no fim resolveu voltar em abril de 1821, deixando o seu filho D. Pedro I no Brasil. Afinal foi justamente o seu filho quem apoiou a revolta dos brasileiros contra a Coroa portuguesa, resolvendo permanecer no Brasil como imperador do país. A revolta resultou em proclamação da independência do Brasil no dia 7 de Setembro 1822. No início do seu reinado foi D. Pedro I bastante popular, essa popularidade diminuiu aliás com passar de tempo. A situação complicou-se de tal maneira que o imperador resolveu abdicar após os nove anos do seu reinado. O seu filho, herdeiro de trono, tinha apenas 5 anos de idade e assim passou o Brasil nos anos 1831-1840 por regência. D. Pedro II reinou então desde 1841 até a promulgação de república em 1889.⁸⁹

Portanto, a situação política do Brasil foi depois de declaração de independência bastante instável. Além das mudanças no trono surgiram também várias revoltas e guerras, como por exemplo a revolta dos Farrapos (em 1835-1845) ou guerra com Paraguai (em 1865-1870). A situação econômica começa a mudar no meio de século, quando chega ao Brasil a lavoura de café, outra fonte de lucro. Essa novidade traz consigo também a mudança de orientação do comércio.

8.1 Educação no período imperial

Vista a instabilidade política nesse tempo no Brasil, fica claro que o desenvolvimento do país e assim da educação foi complicado e levou bastante tempo. Entretanto, é nesse tempo que o ensino brasileiro começou a dividir-se em três graus: ensino primário

⁸⁸ História in: Almanaque Abril. São Paulo: Abril, 1999, p. 754.

⁸⁹ Idem, p. 755-756.

(também chamado elementar), ensino secundário e pela primeira vez estabeleceu-se também ensino superior. Nos próximos parágrafos vamos tratar esses três graus de ensino brasileiro.

8.1.1 Ensino elementar

Quanto ao ensino elementar, é nesse tempo que esse grau começa a abranger cada vez mais matéria.⁹⁰ Essa tendência provavelmente está relacionada com o fato que a educação secundária não funcionava muito bem nesse tempo. Essa resolução foi então uma tentativa de recompensá-la. Além disso foi também no Brasil finalmente estabelecido o ensino elementar como obrigatório. Assim aconteceu em 1879 e valeu para meninos e meninas entre dos sete aos quatorze anos de idade.⁹¹ Lembremo-nos só que em Portugal era a obrigatoriedade escolar estabelecida quase meio século mais cedo, em 1836 (veja capítulo 7.2).

8.1.2 Ensino secundário

No que diz respeito ao ensino secundário, foram nesse tempo abertas as “escolas normais”.⁹² Esse tipo de escolas tinha duração de dois anos. Entre os anos 1835 e 1846 foram no Brasil abertas quatro escolas normais em Niterói, Bahia, Ceará e em São Paulo.⁹³

Além disso foram no Brasil nesse tempo fundados liceus, mas na verdade o ensino consistiu sempre em aulas avulsas.⁹⁴ As aulas avulsas predominam no Brasil desde os regulamentos de Marquês de Pombal (veja capítulo 6) e a sua maior desvantagem consiste em falta de ligação entre as aulas particulares. Geralmente eram as escolas

⁹⁰ Kelly Araújo Valença Oliveira, Maria Claudia Meira Santos Barros, *Educação e processos de escolarização no Brasil: Uma trajetória histórica*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/bfCBMG Ae.pdf, consultado em 13. 2. 2014.

⁹¹ Tirsia Regazzini Peres, *Educação brasileira no Império, Caderno de Formação*, 2010, vol. 1, p. 63.

⁹² Tal como em Portugal servia esse tipo de escolas como preparatórias para os futuros professores. Para as escolas normais veja o capítulo 7.1.3.

⁹³ Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: A organização escolar* (São Paulo: Cortez, 1992), p. 47.

⁹⁴ Idem, p. 48.

secundárias (incluindo as aulas avulsas) percebidas como preparatórias para o ingresso à universidade e os alunos que não tinham a possibilidade de continuar com os estudos ficaram sem trabalho. Esse foi provavelmente a razão, porque o ensino secundário não era de grande atenção nem do lado dos alunos nem dos legisladores.

8.1.3 Ensino superior

Nesse tempo foi no Brasil inaugurado o ensino superior. Durante o século XIX foram no Brasil fundados vários cursos jurídicos e médicos, escola politécnica, curso de marinha e ensino militar, artístico e religioso.⁹⁵ A maioria dessas escolas ficou no Rio de Janeiro. Entretanto, o nível das aulas correspondia mais ao ensino secundário,⁹⁶ o que tem a ver com o fato que as escolas secundárias foram geralmente apenas transformadas em cursos superiores.

Em teoria era o ensino superior acessível para todas as pessoas que nelas pretendessem estudar. Entretanto, na realidade era o ensino superior uma prioridade de elite. Nesse tempo atingia apenas 10% de habitantes o ensino primário e só pouco deles continuava com ensino secundário. Assim, as pessoas que acabaram o ensino superior foram mesmo pouquíssimas. Outro fato a considerar é que a diferença das escolas primárias e secundárias não existiam as assembleias provinciais,⁹⁷ que cuidassem o ensino superior em cada um das províncias. Assim ficou a administração nas mãos do governo central o que vista a área do Brasil foi uma tarefa bem difícil. A centralização da administração do ensino superior então ainda dificultou a evolução e divulgação do ensino superior.

8.1.4 Ensino mútuo

Em todos os graus de ensino foi estabelecido o ensino mútuo. Segundo esse regulamento deviam os estudantes mais avançados ajudar com o ensino dos menos

⁹⁵ Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: A organização escolar* (São Paulo: Cortez, 1992), p. 54.

⁹⁶ Kelly Araújo Valença Oliveira, Maria Claudia Meira Santos Barros, *Educação e processos de escolarização no Brasil: Uma trajetória histórica*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/bfCBMGae.pdf, acesso em 13. 2. 2014.

⁹⁷ Ver 8.1.5

avançados. Visto que um dos problemas na época era a falta dos professores, esse regulamento foi uma solução particular desse problema.

8.1.5 Constituições e a sua influência na educação

No tempo do império brasileiro foram proclamadas várias constituições novas, das quais algumas se referiam também ao ensino. Uma das mais significativas foi a de 1824 e a de 1834. A constituição de 1824 estabeleceu o ensino primário gratuito e previu também a criação de escolas de todos os tipos. Dez anos mais tarde tornaram-se segundo a outra constituição os governos regionais responsáveis pelo ensino primário e secundário (o que na verdade possibilitou o projeto de fundação das escolas normais).⁹⁸ Devido a isso, o estado ficou responsável apenas pelas universidades.

Como vimos, a situação política não se acalmou muito depois de proclamação de independência do país. Surgiram várias rebeliões e guerras e a econômica do país começou o seu desenvolvimento só na década de quarenta. Assim não estranha que a educação das pessoas não foi vista como uma prioridade. O desenvolvimento da educação dificultou também a sociedade brasileira, que já nessa época foi dividida em camadas sociais, entre as quais as diferenças foram já nesse tempo bem grandes. Além de falta do interesse das pessoas sofreu a instrução brasileira de falta de recursos e de corpo docente. As escolas brasileiras foram insuficientes tanto no que diz respeito à qualidade do ensino, tanto à quantidade. As escolas eram, pois, muito poucas e a maioria delas encontrava-se no Rio de Janeiro. Além disso faltavam por completo as escolas com orientação técnica, industrial ou agrícola. Não há comprovações quanto ao número das pessoas que sabiam ler e escrever, mas advinha-se que apenas 10% da população era alfabetizada.⁹⁹ Em consequência, a independência não teve relevância positiva para o ensino no Brasil. A educação continuava a ter os mesmos problemas. Quanto às novidades positivas, temos que mencionar as escolas normais que pouco a pouco ajudaram à melhora.

⁹⁸ Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: A organização escolar* (São Paulo: Cortez, 1992), p. 44.

⁹⁹ Idem, p. 55.

Comparando com a situação em Portugal no século XIX, chegamos a saber que foram tanto em Portugal quanto no Brasil estabelecidos novos tipos de ensino. Eram sobretudo as escolas normais, fundadas em Portugal em 1810 e no Brasil em 1835. O estabelecimento desse tipo de escolas foi um passo significativo para frente quanto à formação de professores. Visto que os dois países enfrentaram o problema de falta dos professores, não estranha que em ambos países instalou-se também o ensino mútuo. Entretanto, nesse tempo começa em Portugal a luta contra o analfabetismo, muda também a atitude à educação estabelecendo a presença obrigatória dos alunos nas escolas (finalmente levou-se também a sério a educação das meninas, a obrigatoriedade escolar foi assim válida também para as meninas). Geralmente começaram nesse tempo os portugueses a avaliar a educação. Esses aspetos faltam no Brasil e o ensino brasileiro continua a perder em comparação ao ensino em Portugal.

9 Primeira República Portuguesa (1910-1932)

Em 1910 foi proclamada a primeira república portuguesa.¹⁰⁰ Os republicanos esperaram há muito por uma oportunidade de conseguir o poder em Portugal. Visto que o povo estava descontente com a monarquia, na época culpada de todos os males, a república não encontrou oposição. O movimento republicano foi bastante numeroso e forte e não lhe faltou boa vontade de estabelecer reformas de vários setores. Os republicanos permaneceram ao poder até a ditadura de Salazar, iniciada oficialmente em 1932.

9.1 Reformas de ensino

Um desses setores foi então a educação. O seu significado ficou para os republicanos claro desde o início. A característica central dos republicanos era o patriotismo, segundo o qual deviam ser os próprios portugueses quem ajudam ao desenvolvimento do país. Um dos fatores precisos para esse desenvolvimento foi então a educação do povo.

Lembremo-nos só que a proclamação de república significou outro fim para a Companhia de Jesus de foi junto com as outras ordens religiosas expulsada de Portugal (veja capítulo 3.3).

9.1.1 Jardins-Escolas

Durante a primeira república portuguesa surgiu um novo tipo de escolas. Na verdade era o único que faltava comparando a educação de outrora e de hoje. O ensino elementar, secundário e superior já funcionava e fora agora complementado pelo ensino pré-escolar, i. é. ensino de crianças de quatro a sete anos. A primeira escola desse tipo foi fundada em Coimbra em 1911 e mais duas três anos mais tarde.¹⁰¹ As Jardins-Escolas facilitaram então a “entrada” dos alunos na vida escolar e os alunos tiveram assim mais sucesso durante o primeiro ano das escolas primárias.

¹⁰⁰ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 1999), p. 329.

¹⁰¹ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento*. (Olomouc, 2012), p. 36.

9.1.2 Universidade do Porto e de Lisboa

Na história de ensino superior em Portugal encontramos até 1911 apenas duas universidades. A mais velha universidade portuguesa, fundada em Lisboa em 1288 e trasladada para Coimbra (veja capítulo 1.2) e a Universidade de Évora, universidade jesuítica que funcionava desde 1559 até a expulsão de Companhia de Jesus em 1759 (veja capítulo 3.2). Em 1911 era o ensino superior apoiado por mais duas universidades: a Universidade do Porto e de Lisboa. A Universidade de Coimbra foi na época bastante conservadora e a criação de universidades mais modernas e “mais jovens” foi importante para que o ensino universitário mantivesse o passo com a evolução geral. Assim abriu se espaço para criação de novos cursos, faculdades ou institutos como por exemplo Instituto Superior de Comércio em Lisboa ¹⁰² ou faculdade do Comércio no Porto. ¹⁰³

De ponto de vista de educação podemos os vinte e dois anos da república avaliar de um modo positivo. Continuou o desenvolvimento de educação, o ensino primário continuou a ser gratuito e obrigatório e foram fundadas duas universidades novas e estabeleceu-se também o último grau de ensino que até agora fazia em Portugal falta. Bem sucedida foi também a luta contra o analfabetismo, visto que o número de analfabetos diminuiu com cada ano. Em 1911 havia em Portugal 75,1% de analfabetos, em 1930 foi já 67,8%. ¹⁰⁴

¹⁰² <http://www.ulisboa.pt/home-page/universidade/historia/>, consultado em 23. 11. 2014.

¹⁰³ http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=122252, consultado em 23. 11. 2014.

¹⁰⁴ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Ceatano* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001), p. 710.

10 República Velha Brasileira (1889-1930)

Já na década de setenta começaram os republicanos a mostrar o seu descontentamento com império e exigiram a mudança do regime. Pedro II parte para Portugal e essa oportunidade é aproveitada pelo marechal Deodoro de Fonseca que instaurou a república tomando função de presidente. Por isso chamam os historiadores esse período da história brasileira também de República dos Marechais. Nesse tempo chegou ao Brasil o liberalismo e em 1891 é proclamada a primeira constituição liberal, inspirada na constituição norteamericana. Entretanto, também nessa época teve o país que enfrentar vários problemas, como por exemplo as consequências de abolição de escravidão (assinada pela princesa Isabel em 1888) ou a má colheita de café.

10.1 Reformas de ensino

As ideais de liberalismo que chegaram ao Brasil durante a república velha, tiveram o seu significado também no campo de educação. Nesse tempo passou o Brasil por uma situação parecida com aquela em Portugal de século XIX (veja o capítulo 7). Tanto o povo como o governo começou a ocupar-se com a educação, levando-a finalmente a sério. A relação do governo à instrução no país mudou bastante, seja no nível de estado ou no nível provincial. A sociedade brasileira começou a mudar e assim tornou-se a formação da população mais importante. Surgiram várias reformas de ensino e o analfabetismo e a impossibilidade de acesso às escolas de um grupo de pessoas bem numeroso passou finalmente a ser um assunto a tratar. O interesse do povo pela educação comprova por exemplo a fundação de Liga brasileira de Combate ao Analfabetismo em 1915.¹⁰⁵ A primeira constituição separou também o poder da Igreja do estado.¹⁰⁶ Esse foi o primeiro momento para o início da laicização do ensino, pois o estado passou a ser responsável pelo ensino.

¹⁰⁵ Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi, Alessandra Frota Martinez de Schueler, Educação escolar na Primeira República: Memória, história e perspectivas de pesquisa, *Tempo*, 2008, vol. 26., p. 46.

¹⁰⁶ Idem, p. 47.

10.1.1 Ensino primário

A descentralização ocorrida devido a constituição de 1834 que responsabilizou os governos regionais de ensino primário e secundário teve como consequência as diferenças entre várias partes do Brasil (veja capítulo 8.1.5). Assim surgiram diferenças quanto à qualidade e também à quantidade do ensino, pois os recursos financeiros variam e assim teve cada um dos governos no país possibilidades diferentes para a fundação das escolas. Geralmente podemos dizer que apesar disso conseguiu-se levantar tanto o número de escolas (e assim também o número dos alunos) quanto o nível de ensino.

Em parte foi também resolvido o problema de número insuficiente de vagas. O número das crianças em idade escolar foi, pois, muito maior do que o número das vagas. Em parte resolveu o governo esse problema reduzindo a duração de ensino primário para quatro anos. Assim tiveram mais crianças a possibilidade de andar nas escolas e em 1930 teve 30% das crianças em idade escolar o seu espaço no banco escolar ¹⁰⁷, o que em comparação com os primeiros anos de república significou certo progredimento. Além de falta de vagas, havia na educação primária outro problema. Foi, pois, bastante frequente que os alunos deixaram depois do primeiro ano a escola e nunca voltaram aos bancos ¹⁰⁸ apesar de que a obrigatoriedade escolar para as meninas e os meninos entre sete e quatorze anos foi estabelecida já durante o império brasileiro em 1879 (veja capítulo 8.1.1).

10.1.2 Ensino secundário

Grande parte das reformas promulgadas nesse tempo referiram-se ao ensino secundário, o que tem a ver com o mal estado desse grau de ensino. Entretanto, nem todas as reformas foram na verdade aplicáveis. Nem todas levaram, pois, em consideração a

¹⁰⁷ João Cardoso Palma Filho, *A República e a Educação no Brasil: Primeira república (1889-1930)*. Caderno de Formação, 2010, vol. 1, p. 82.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

situação das escolas no país e as habilidades de estudantes brasileiros. Sendo assim radicais de mais, a sua aplicação não foi possível e logo foram abolidas.¹⁰⁹

Uma novidade que surge nesse tempo é o estudo de ciências. Essas disciplinas novas têm a ver com o interesse pela educação típica para o período republicano. A ampliação dos estudos foi uma tentativa de adaptar o ensino às novas tendências. Entretanto, o que acontece na verdade é o ensino enciclopédico.¹¹⁰ Os alunos não eram ensinados de maneiras criativas de pensar, senão era exigida apenas memorização e repetição de fatos.

O maior problema de ensino secundário foi já desde o império o seu caráter preparatório. Várias reformas tentaram acabar com essa característica do ensino secundário, mas nenhuma delas teve sucesso. Assim continua a orientação geral das escolas secundárias ao ingresso à universidade.

Além disso continua também nesse período a orientação de ensino secundário e superior a elites.¹¹¹ O ensino era geralmente uma questão de dinheiro (com exceção de ensino elementar que era gratuito), pois o grau secundário e superior eram pagos. Assim existiam além das diferenças entre o sistema e nível de ensino em várias províncias do país também diferenças entre as camadas sociais, o que aliás é um fenômeno que acompanha a educação brasileira desde os seus primórdios até hoje.

10.1.3 Ensino superior

A situação de ensino superior explicam melhor os dados estatísticos. Os estudantes das universidades formaram apenas 0,05% da população brasileira. Para esse tipo de ensino valem as mesmas dificuldades como para o ensino secundário. Os estudos da

¹⁰⁹ João Cardoso Palma Filho, *A República e a Educação no Brasil: Primeira república (1889-1930)*, *Caderno de Formação*, 2010, vol. 1, p. 71.

¹¹⁰ Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: A organização escolar* (São Paulo: Cortez, 1992), p. 80.

¹¹¹ *Ibidem*.

universidade eram caros e as pessoas das classes baixas nem podiam pensar em ingresso à universidade.

10.2 Década de vinte

A década de vinte foi bastante significativa para a educação brasileira. É agora que surge a assim chamada escola nova, um movimento pedagógico novo que começa a mudar a atitude das pessoas ao ensino e muda também a percepção dos alunos dentro de sistema pedagógico. É o início de projetos como por exemplo a pedagogia de Waldorf ou o movimento de Dewey. É tempo de otimismo pedagógico, de crença em melhoramento da situação e também de fundação de várias organizações como por exemplo a Associação brasileira de Educação (fundada em 1924).¹¹² Essa organização foi criada “com o propósito de avaliar suas responsabilidades e deveres em relação aos grandes problemas nacionais”¹¹³ e mostra assim o crescente interesse dos brasileiros pelo desenvolvimento de educação.

Portanto, os mais que quarenta anos da república velha brasileira tiveram significado positivo sobretudo no que diz respeito à atitude ao ensino. Os brasileiros perceberam a importância da educação na sua vida e também os governadores começaram a dedicar as suas reformas a esse setor. Entretanto, o ensino brasileiro continua a sofrer de elitismo (resultado de ensino secundário e superior pago) e de falta de uniformidade de ensino (devido ao fato que cada governo regional tomava conta das suas próprias escolas primárias e secundárias). Outro problema representa a falta das vagas nas escolas. Nem todas as crianças tinham nesse tempo a possibilidade de andar nas escolas.

Nesse tempo foram em Portugal fundadas duas universidades novas e foram também fundadas as escolas para as crianças na idade pré-escolar. Portanto, progrediu tanto a educação no Brasil quanto a educação em Portugal. Temos aliás que levar em consideração que a educação em Portugal teve já certa vantagem, pois os portugueses

¹¹² Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi, Alessandra Frota Martinez de Schueler, Educação escolar na Primeira República: Memória, história e perspectivas de pesquisa, *Tempo*, 2008, vol. 26., p. 47.

¹¹³ <http://www.abe1924.org.br/quem-somos>, consultado em 24. 11. 2014.

aperceberam-se da importância de educação já um século mais cedo. O interesse das pessoas é, pois, fundamental para que a luta contra o analfabetismo possa ser bem sucedida. Desse ponto de vista é a república velha brasileira fundamental para a evolução futura de instrução brasileira.

11 Ditadura de Salazar em Portugal (1932-1974)

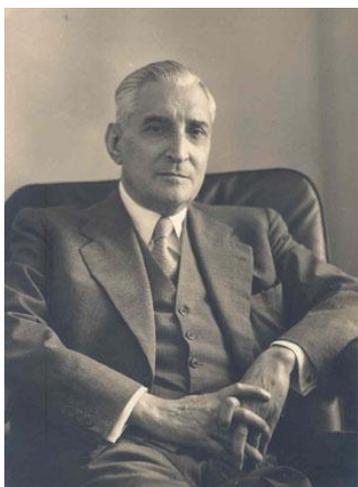


Imagem 3: António Salazar ¹¹⁴

À melhora da situação em Portugal depois da crise financeira em 1927 devia ajudar ministro de finanças novo, o professor de economia António de Oliveira Salazar. Ele impôs várias reformas que levaram à redução de despesas do estado e assim ao melhoramento da situação económica do país, às vezes também chamado “milagre financeiro”. Devido a isso cresceu a sua popularidade e em 1932 passou a ser o primeiro ministro, permanecendo nessa função até a sua abdicação em 1968. A sua governança era bastante dura apesar do que Portugal estivesse durante todo o período o estatuto de república.

11.1 Atitude de Salazar ao ensino

Durante a ditadura foram as pessoas cultas e educadas (sobretudo as pessoas que passaram por uma universidade) vistas como fonte hipotética de revolta. Portanto, Salazar reprimiu de propósito o sistema educativo, considerando-o como contratempo no caminho ao seu poder ilimitado. Além disso Salazar não pensou que a educação fosse direito de todos. Ao contrário, viu educação como prioridade de elites. ¹¹⁵ Assim acaba em Portugal a ideia de educação para todos (pelo menos no que diz respeito ao ensino elementar). O combate do analfabetismo parou portanto durante a sua governança. Pois, as pessoas que não sabiam ler não foram capazes de colocar em perigo o poder de Salazar. Assim ele não teve razões de apoiar a educação para todos.

¹¹⁴ disponível em: <http://euportal.parlamentnilisty.cz/Articles/6490-pred-ctyriceti-lety-zemrel-antonio-salazar-de-oliveira-tyran-nebo-otec-vlasti-.aspx>, consultado em 5. 5. 2014.

¹¹⁵ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 38.

Como vimos no parágrafo acima, Salazar não se ocupou com desenvolvimento da educação. Ao contrário, limitava-o nas suas reformas. Assim foi o ensino obrigatório reduzido, primeiro aos cinco e mais tarde aos três anos. Distratou também as escolas normais, destinadas à formação de professores. Em consequência, baixou-se não só a quantidade dos professores, mas sim a qualidade. As condições para admissão de professores tiveram mais a ver com conformidade política do que com as habilidades didáticas. Geralmente baixou-se o número dos alunos de todos os graus de ensino. Também no caso dos alunos valeu a conformidade política dos alunos, resp. da família mais do que os próprios habilidades de estudantes. A mais evidente redução ocorreu no campo de ensino universitário visto que foram propriamente os estudantes universitários que eram “os mais perigosos” para o poder de Salazar. Na verdade foi essa decisão de limitar o número de estudantes universitários muito lógica, visto que justamente os estudantes do grau mais elevado foram os mais capazes de uma revolução.¹¹⁶

11.2 Ministros de educação

A mesma atitude ao ensino como Salazar tiveram também os ministros de educação (afinal das contas foi ele quem os escolheu e nomeou). Não estranha que a escolha dessas pessoas ocorreu segundo os mesmos princípios, i. é. sobretudo a fidelidade ao regime e ao próprio Salazar. Vejamos dois exemplos de ministros de educação.

11.2.1 Cordeiro Ramos

Cordeiro Ramos ficou ministro da educação pela primeira vez em 1928 e voltou a esse cargo em 1930, permanecendo até 1933. Ele continua fechando as escolas e limitando o número das pessoas nas escolas. Quanto ao ensino obrigatório, inventou os assim chamados postos de ensino. Esses serviram aos alunos durante os três anos de obrigatoriedade de ensino. Limitadas foram também as exigências quanto aos professores tanto aos alunos. O que se na verdade esperava foi que o aluno passasse pela escola sem problemas e maneira mais rápida possível.¹¹⁷

¹¹⁶ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 39.

¹¹⁷ Idem, p. 40.

11.2.2 Carneiro Pacheco

Carneiro Pacheco exerceu a função de ministro de educação entre 1936 e 1939. Foi ele quem primeiro chegou com a ideia que para uma educação útil é necessária a possibilidade de levar os conhecimentos à prática. Ele foi de opinião de que foi preciso ensinar aquilo que valeu na vida.

Nesses anos foi fundada a Mocidade Portuguesa com a sua fracção A obra das Mães pela Educação.¹¹⁸ Essas organizações tiveram como objetivo ensinar os alunos os fundamentos de nacionalismo e inculcar os valores importantes para os nacionalistas. Assim tiveram essas organizações que “reeducar” as crianças conforme regime. Assim funcionava também a fracção A obra das Mães pela Educação, na qual ensinavam as mulheres as crianças mais jovens.

Resumindo, a era de Salazar foi bastante negativa para o estado de educação no país. É uma época de fechamento das escolas, de restrições de ensino e portanto também de abaixamento do nível das escolas, de número das estudantes nas escolas e também do nível dos professores devido ao fechamento das escolas normais. O ensino tornou-se inimigo do regime e o seu desenvolvimento foi impedido pelo estado. O desenvolvimento de ensino assim parou para mais que quarenta anos.

¹¹⁸ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 40.

12 Getúlio Vargas a frente do Brasil (1930-1945, 1951-1954)

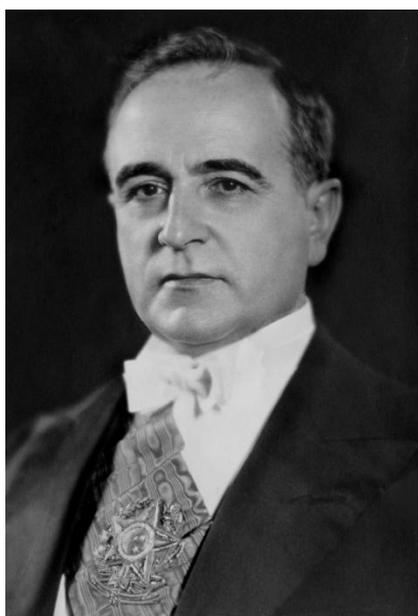


Imagem 4: Getúlio Vargas ¹¹⁹

1928-1930, foi com Júlio Prestes um de dois candidatos para a função de presidente. Enfim foi o seu rival quem ganhou nas eleições. Entretanto, Vargas declarou as eleições como inválidas e assim começou a revolução que acabou com proclamação de Getúlio como presidente brasileiro. ¹²⁰ No cargo de presidente de república permaneceu até 1945. Este período chamamos geralmente de Estado novo e na verdade foi um período de ditadura. Depois da sua abdicação ficou depois de eleições em 1951 presidente de novo e permaneceu na função até o suicídio em 1954.

A Revolução de 1930 pôs fim à primeira república brasileira (no Brasil desde 1889). Esse acontecimento histórico foi influenciado pela crise mundial iniciada em 1929. Devido a essa crise diminuiu-se a demanda de café, o que negativamente influiu a situação no mercado brasileiro, visto que nesse tempo era a economia orientada ao comércio com café. Muita gente na época ficou assim sem recursos financeiros. O período eleitoral de presidente Washington Luís acabou e no Brasil começou a luta por essa função. Getúlio Vargas, o ex-ministro de fazenda em 1926-1927 e o governador do Rio Grande do Sul entre

12.1 Reformas de ensino de Getúlio Vargas

Durante a ditadura de Getúlio Vargas foram proclamadas várias constituições das quais cada uma conteve uma parte dedicada à questão de educação. Como já fica claro de

¹¹⁹ disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Get%C3%BAlio_Vargas, consultado em 4. 5. 2014.

¹²⁰ Jan Klíma, *Dějiny Brazílie* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2011), p. 291-293.

capítulo 10, nesse tempo os brasileiros já se tinham apercebidos da importância da educação e também o ditador Getúlio Vargas continua com essa tendência. Portanto, logo no início do seu governo funda o Ministério de educação.¹²¹ Geralmente podemos dizer que além de outros tipos de escolas, interessou-se Getúlio Vargas como primeiro governador no Brasil pelo ensino industrial. Foi ele quem instalou esse tipo de escolas no Brasil.¹²²

O seu interesse pela educação comprova o fato que só pouco tempo depois da sua proclamação como presidente convocou conferência na qual deveriam os vários movimentos brasileiros (geralmente trata-se agora de oposição entre os liberalistas e os comunistas contra os católicos e os conservadores) entrar em acordo no que diz respeito à reforma da educação.¹²³ Entretanto, durante a conferência não foi possível encontrar uma solução que fosse plausível para todos os lados, mas esse evento foi impulso para surgimento do assim chamado Manifesto dos Pioneiros pela Educação nova em 1932.¹²⁴ O Manifesto exigiu por exemplo obrigatoriedade e gratuidade de ensino primário, inauguração de ensino secundário especializado ou atribuição financeira de união, estados e de municípios para a educação. Além disso tratava também fundação de bibliotecas e museus.

Quanto à relação à Igreja, é nesse tempo que a Igreja católica ficou envolvida no sistema escolar outra vez. As reformas de ensino de Getúlio Vargas contavam, pois, com apoio de Igreja, sobretudo no que diz respeito ao ensino primário.¹²⁵ A laicização do ensino que foi um dos objetivos das reformas durante a primeira república brasileira (veja capítulo 10.1) foi então em vão.

¹²¹ João Cardoso Palma Filho, *A Educação Brasileira: No período de 1930 a 1960: Era Vargas*, *Caderno de Formação*, 2010, vol. 1, p. 86.

¹²² *Idem*, p. 88.

¹²³ *Idem*, p. 89-90.

¹²⁴ Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: A organização escolar* (São Paulo: Cortez, 1992), p. 96.

¹²⁵ João Cardoso Palma Filho, *A Educação Brasileira: No período de 1930 a 1960: Era Vargas*, *Caderno de Formação*, 2010, vol. 1, p. 87.

Mudança significativa surgiu também no que diz respeito ao financiamento. Em 1934 foi estabelecido que a união e os municípios devem dedicar 10% de orçamento para educação. Para os estados e o distrito federal foi 20% de orçamento. Aconteceu pela primeira vez que foi estabelecido o grau de contribuição. Entretanto, essa medida foi abolida três anos mais tarde, quando foi declarado que o estado deve contribuir à evolução de instrução, mas já faltaram os números exatos.¹²⁶ Pelo menos foi aliás declarado que um dos deveres de estado é propriamente a educação da população brasileira.

12.1.1 Ensino primário

Desde o império brasileiro o ensino primário continua a ser gratuito e obrigatório. Esse fato também é declarado nas constituições surgidas nessa época. Mesmo que o ensino elementar ficasse nesse tempo um pouco fora de interesse (pelo menos em comparação aos outros graus de ensino),¹²⁷ sofreu também alterações do que diz respeito a sua organização. Em 1946 surgiu finalmente a reforma de ensino elementar dividindo-o em duas fases, ensino primário fundamental e ensino primário supletivo. O ensino primário fundamental foi destinado às crianças entre 7 e 12 anos de idade e foi de duração de 5 anos, enquanto o ensino primário supletivo foi destinado às pessoas que não tinham a possibilidade de atingir a educação na idade escolar e teve a duração de dois anos. Esse decreto foi bastante significativo para o combate de analfabetismo.¹²⁸

12.1.2 Ensino secundário

Também o ensino secundário ganhou a organização nova. Foi dividido em cinco anos de ginásio e mais dois anos de ensino complementar que foi escolhido de acordo com a pressuposta universidade (i. é. o aluno podia escolher entre o estudo pré-jurídico, pré-médico ou pré-politécnico). Às disciplinas ensinadas pertenceram por exemplo as

¹²⁶ João Cardoso Palma Filho, *A Educação Brasileira: No período de 1930 a 1960: Era Vargas*, *Caderno de Formação*, 2010, vol. 1, p. 94.

¹²⁷ Esse esquecimento tem também ver com que o estado contou com ajuda da Igreja quanto ao ensino elementar, veja capítulo 12.1.

¹²⁸ Otaíza Oliveira Romanelli, *História de Educação no Brasil (1930/1973)* (Petrópolis: Vozes, 1986), p. 161.

línguas, geografia, matemática, física ou história.¹²⁹ Portanto, o ensino secundário finalmente deixou de ser desorganizado e as aulas começaram a ser seriadas substituindo as aulas avulsas estabelecidas pelo Marquês de Pombal no século XVIII. Por outro lado, sempre continua a ser de caráter preparatório.

Como já foi aludido, é nesse tempo que foi inaugurado o ensino técnico, o que tem a ver com a industrialização do país e assim com a necessidade de mão de obra qualificada. Entretanto, esse tipo de estudo ainda favorece o fenômeno de elitismo, tão típico para o ensino brasileiro.¹³⁰ O ensino técnico foi, pois, destinado sobretudo às pessoas das classes mais altas, geralmente porque não tinha nada a ver com a vida das pessoas pobres. Além disso foi completamente inútil para as pessoas de campo (que na época representaram a maioria). As pessoas pobres e as pessoas que viviam na área rural assim não tinham nenhuma motivação (em recursos financeiros já nem se fala) para o ingresso a esse tipo de escolas.

Essas décadas foram positivas para as escolas normais. A falta de professores sentiu-se há muito e por isso foram fundadas mais escolas para futuros professores.

12.1.3 Ensino superior

Lembremo-nos que a primeira universidade brasileira foi fundada durante a permanência da Corte portuguesa entre os anos 1808 e 1821 (veja capítulo 6.2.1). É então nesse tempo que se contam os cem anos da universidade brasileira. No início do século XX seguiam a essa universidade outras: a Universidade do Paraná em 1912, a Universidade do Rio de Janeiro em 1920, a Universidade de Minas Gerais em 1927, a Universidade de São Paulo fundada em 1934 ou a Universidade de Distrito Federal¹³¹ junto com a Universidade de Porto Alegre aberta em 1935.¹³² Geralmente podemos

¹²⁹ João Cardoso Palma Filho, *A Educação Brasileira: No período de 1930 a 1960: Era Vargas*, *Caderno de Formação*, 2010, vol. 1, p.87.

¹³⁰ *Idem*, p.97.

¹³¹ Que foi aliás extinta em 1939.

¹³² Otaíza Oliveira Romanelli, *História de Educação no Brasil (1930/1973)* (Petrópolis: Vozes, 1986), p. 132-133.

dizer que durante o século XX foram finalmente estabelecidas universidades de um número adequado, visto que em 1969 funcionavam no país 46 universidades.¹³³ Além das próprias faculdades foram fundadas também órgãos universitários como a Reitoria, o Conselho universitário ou a Assembleia universitária.¹³⁴ Essas organizações asseguraram um bom andamento das universidades tanto como os assuntos formais.

Como vimos, a educação continua a desenvolver-se durante a primeira metade do século XX. Entretanto, a evolução não foi suficiente rápida visto que no ano 1940 ficaram 53% das crianças entre 7 e 12 anos de idade fora de bancos escolares. Até o ano 1950 subiu a parte das crianças escolarizadas para 63%¹³⁵ (i. é. 37% das crianças da mesma idade não iam às escolas). Esses números comprovam que podemos notar certo progresso quanto ao número das crianças escolarizadas, mas mesmo assim esse progresso não foi capaz de atender a todos. Possibilidades bem limitadas tinham sobretudo as crianças que vivem na área rural, visto que a maioria das escolas encontrava-se em cidades e visto que em 1950 apenas 31% da população viveu nas cidades.¹³⁶ Assim foi a situação do ensino primário, i. é. ensino fundamental para a luta contra o analfabetismo. Continuando com os graus de ensino mais elevados, a situação não melhora. Tanto o ensino secundário quanto o ensino superior continua a ser o privilégio dos ricos. O ensino superior ficou mesmo para a elite, esse grau de educação atingiu apenas um grupo pequeníssimo das pessoas. Um problema grave, pois, continuou a ser o fato que o número de alunos diminuiu com cada grau de instrução (abrangendo também as diferenças entre matrículas em primeiro e segundo ano do ensino primário). Assim atingem dos 1 662 000 alunos do primeiro ano do ensino primário apenas 16 500 alunos o ensino superior¹³⁷, i. e. apenas um dos cem alunos do primeiro ano tem chance de atingir o primeiro ano na universidade. Resumindo, um dos problemas mais graves do sistema educacional no Brasil da primeira metade de século

¹³³ Idem, p. 133.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Idem, p. 65.

¹³⁶ Idem, p. 71.

¹³⁷ Otaíza Oliveira Romanelli, *História de Educação no Brasil (1930/1973)* (Petrópolis: Vozes, 1986), p. 89.

XX é a falta de vagas nas escolas primárias, a orientação das escolas secundárias e superiores à elites, a terminação dos alunos antes de conclusão dos cursos e a falta das escolas fora de cidade.

Comparando com a ditadura em Portugal, chegamos a saber que o mesmo regime teve um andamento muito diferente em cada um dos países. A ditadura em Portugal considerava a educação não só inútil para maioria das pessoas mas sim perigosa. O seu desenvolvimento parou. Enquanto no Brasil foram fundadas várias universidades, o ensino nas universidades portuguesas foi restrito. O ensino desenvolveu-se durante a ditadura brasileira, em Portugal aconteceu o contrário. O ditador português teve medo das pessoas educadas e reprimiu a educação, o ditador brasileiro apoiou ao contrário o desenvolvimento do ensino e ganhou assim as simpatias do povo consolidando assim o seu poder no país. Essa atitude ao ensino faz parte da sua política populista que lhe assegurou o poder.

Por outro lado, o Brasil teve na época já certo atraso, pelo menos no que diz respeito à atitude ao ensino. Essa atitude tem a ver com liberalismo e a luta para os direitos das pessoas, entre os quais pertence também o direito à educação. Essas ideias chegaram a Portugal já no início do século XIX e levaram à revolução de 1820. No Brasil aconteceu o mesmo um século mais tarde, pois sobre o entusiasmo educacional falamos apenas na década de vinte do século seguinte.

13 Democracia em Portugal

Em 1968 abdicou o ditador António Oliveira de Salazar e na frente de estado ficou Marcelo Caetano. A seguir chegou a crise financeira, em parte causada pela situação no ultramar. Pois, antes da sua abdicação resolveu Salazar investir muito dinheiro em desenvolvimento nas colónias e esse dinheiro depois fazia falta em Portugal. Em 25. Abril 1974 ocorreu então em Portugal a assim chamada Revolução dos cravos, despertada em maior parte pelos soldados. Assim começa em Portugal a época de democracia.

13.1 Democracia e a educação

Como já foi dito no capítulo 11, a educação sofreu durante a ditadura de Salazar de muitas restrições. Visto que desde o ano 1974 ninguém pôs em dúvida a importância da educação dos portugueses para a evolução económica e política, a educação no país ganhou nesse ano outra vez uma possibilidade de se desenvolver.

Em primeiro lugar foi necessária a extensão de obrigatoriedade escolar. Essa foi durante a ditadura de Salazar limitada aos três anos (veja capítulo 11.1). Em 1986 foi prolongada para nove anos e assim fica até hoje. No mesmo ano foi também estabelecido que o ensino elementar deve ser gratuito para todos os alunos. Ao mesmo tempo tentou o estado português ajudar às famílias portuguesas com o dever de mandar os filhos à escola estabelecendo auxílios económicos.¹³⁸

Quanto às universidades, foram abertas universidades novas em todo Portugal, complementando assim as três universidades existentes no país. Assim ampliaram-se também os cursos, desde esse tempo foi possível estudar também por exemplo a arquitectura, agricultura ou jornalismo.¹³⁹

¹³⁸ Iva Cardová, *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento* (Olomouc, 2012). p. 42.

¹³⁹ *Ibidem*.

13.2 Analfabetismo

Em 1986 entra o país na União Europeia como um dos países com maior partilha de analfabetos. Em 1991 havia em Portugal 11% de analfabetos, 14,1% de mulheres e 7,7 de homens.¹⁴⁰ Geralmente estamos a falar sobre as pessoas idosas e pessoas que vivem no campo. O número de analfabetos entre as pessoas mais jovens e pessoas que vivem fora do campo não é de relevo. O número de analfabetos baixa cada ano, em 2011 foi cerca de meio milhão de pessoas, i. é. 5,23% de portugueses, sendo o Alentejo a região com mais analfabetos no país (9,57%).¹⁴¹ Portanto podemos dizer que o problema de analfabetismo tem geralmente a ver com as pessoas idosas e não é problema de crianças ou de jovens. Levando em consideração esse fato podemos ver que o problema de analfabetismo vai resolvendo-se com o passar de tempo.

13.3 Educação em Portugal: Pisa 2012

É bastante complicado comparar a educação e o seu nível entre dois ou mais países. Existem vários critérios possíveis e não fica claro qual é o mais determinante para podermos dizer qual é o país com melhor ou pior sistema educacional. Mesmo assim existem programas que tentam comparar os resultados dos alunos em certa disciplina ou matéria. Um desses programas é chamado PISA.¹⁴² No ano 2012 ocorreu um projeto que tentou confrontar os resultados de alunos da mesma idade em matemática e leitura. Nesse projeto participaram 65 países mundiais, entre os quais também a República Checa e Portugal.¹⁴³ É importante mencionar que se não verificaram conhecimentos teóricos, mas sim a capacidade mental e de desenvolvimento de pensamento. O que interessa é a literacia matemática, i. é. “a capacidade que os indivíduos têm para formularem, aplicarem e interpretarem a matemática em contextos variados.”¹⁴⁴

¹⁴⁰ <http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>, consultado em 16. 11. 2014.

¹⁴¹ <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~1afa.aspx>, consultado em 16. 11. 2014.

¹⁴² Programme for International Student Assessment.

¹⁴³ PISA, Primeiros resultados. Disponível em

[http://www.projavi.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=64&fileName=PISA2012_PrimeirosResultados_PORTUGAL.pdf](http://www.projavi.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=64&fileName=PISA2012_PrimeirosResultados_PORTUGAL.pdf), consultado em 16. 11. 2014.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

Quanto à leitura, verificava-se a compreensão dos textos. Vejamos então em breve os resultados obtidos nesse programa.

No teste de matemática obteve Portugal 487 pontos e a República Checa 499. Ambos os resultados ficam perto do médio, pois o resultado de mais de que 500 pontos conta já como acima do nível médio e abaixo de 486 como abaixo de média. É interessante mencionar que Portugal ganhou mais 21 pontos em comparação com resultados do estudo da mesma matéria no ano 2003. Assim fica Portugal pela primeira vez entre os países com resultados médios e ao mesmo também faz parte de grupo de estados que melhoraram os seus resultados. Em 2012 foi também feita a pesquisa no campo de leitura e a capacidade de perceber um texto escrito. Os resultados de Portugal são neste caso menos favoráveis em comparação com resultados em literacia matemática, pois Portugal fica com 488 pontos entre os países que ficam abaixo da média dos estados da OCDE. República Checa obteve 493 pontos e fica outra vez na média entre países da OCDE.

Resumindo, segundo PISA 2012 são as habilidades de estudantes portugueses e checos mais ou menos no mesmo nível. Os países ficam na média, não pertencem aos melhores nem aos piores. Os resultados de Portugal melhoram, portanto podemos esperar que essa tendência continue também no futuro.

Geralmente podemos dizer, que a educação em Portugal hoje tem que enfrentar dificuldades no campo de ensino. Entretanto, esses problemas vão resolvendo-se e podemos assim esperar que Portugal atinge em breve o nível da educação da Europa de oeste ou norte.

14 O Brasil desde 1954

Em 1954 suicidou-se Getúlio Vargas e no Brasil abriu-se a porta à democracia. Como presidente foi eleito Juscelino Kubitschek, conhecido sobretudo pelo seu slogan “50 anos em 5” segundo o qual deveria o Brasil alcançar cinquenta anos de progresso em apenas cinco anos e pelo seu projeto de construção de nova capital. Juscelino ficou no poder até 1961 quando foi eleito Jânio Quadro e depois dele João Goulart, o ex-vice de Juscelino. A era democrática acaba em 1964 com o Golpe Militar e assim volta ao Brasil a ditadura com a assim chamada República dos Generais. No poder trocaram-se os generais e para esse tempo é típico o absolutismo e as repressões dos direitos humanos. A democracia venceu outra vez em 1984 quando ganhou nas eleições o presidente democrático Tancreto Neves. Desta vez permanece o Brasil como país democrático até hoje.

14.1 Educação nos anos 1956-64

Juscelino resolveu investir entre outros setores como indústria ou transportes também para educação. Esse foi um passo muito importante para os acontecimentos que vieram nos anos seguintes. Era o tempo de desenvolvimento cultural que levou em si também os traços educativos. Assim foram fundadas organizações como Movimento da Cultura Popular ou Movimento da Educação da Base que tiveram como objetivo o apoio de expansão educacional.¹⁴⁵

É nesse tempo que surgiu um projeto de Paulo Freire para a educação de adultos. Segundo esse sistema deve o leitor notar quais são as palavras mais usadas pelos alunos e essas palavras são depois as primeiras que os alunos devem conhecer de forma escrita.

¹⁴⁶ Assim trabalham os alunos com palavras que lhes são muito próximas e tem a ver

¹⁴⁵ João Cardoso Palma Filho, A educação brasileira no período 1960-2000: de JK a FHC, *Caderno de Formação*, 2010, vol. 1, p. 107-108.

¹⁴⁶ Idem, p. 108.

com a vida cotidiana. Esse projeto mostra o interesse pela educação de adultos e assim pela luta contra o analfabetismo no país.

14.2 Regime militar no Brasil (1964-1985)

14.2.1 Ensino superior

Como já foi iludido no início do capítulo, nesse tempo volta a ditadura ao Brasil. Ainda em 1964 foi a Universidade de Brasília invadida por soldados, pois os estudantes universitários eram visto como perigosos para o regime. As invasões repetem-se durante a ditadura, pois os estudantes e professores tentam lutar contra o regime fazendo greves. Nesse tempo ficam vários estudantes e os seus professores presos, não só na já aludida Universidade de Brasília, mas sim também por exemplo na Universidade de São Paulo.¹⁴⁷ Portanto, as represões foram neste período histórico apontados sobretudo contra os estudantes universitários, em 1969 é até proibida qualquer manifestação política dos estudantes ou professores.¹⁴⁸

14.2.2 Ensino elementar e secundário

No que diz respeito ao ensino elementar e secundário, é estabelecida obrigatoriedade escolar de quatro anos (obrigatoriedade escolar de quatro anos foi estabelecida no tempo da República brasileira, veja capítulo 10.1.1) para oito anos. O ensino médio pressuposto de ser profissionalizante, devia então deixar o seu caráter preparatório e devia preparar os alunos para desempenho do futuro trabalho. Na verdade fracassou essa tentativa de mudar esse grau o ensino, pois faltaram professores e recursos. Ocorrem também mudanças quanto às disciplinas ensinadas no curso médio, pois são ao currículo adicionadas disciplinas como educação moral ou política do Brasil.¹⁴⁹

¹⁴⁷ João Cardoso Palma Filho, A educação brasileira no período 1960-2000: de JK a FHC. *Caderno de Formação*, 2010, vol. 1, p. 114-115.

¹⁴⁸ Idem, p. 117.

¹⁴⁹ Idem, p. 117-118.

14.3 Democracia brasileira

Desde 1985 pertence o Brasil aos países democráticos, certa abertura política pode-se aliás notar já nos fins de década 70. As pesquisas desse tempo mostram que o estado da educação no Brasil é deficiente e que o caminho que o país ainda deve que percorrer na luta contra o analfabetismo é bastante longa. Pois, em 1980 o terço de crianças de idade escolar não anda na escola e 25,5% de habitantes são analfabetos. Fica também claro que a porcentagem no campo é ainda pior do que a média geral. Para o melhoramento dessa situação são feitas várias medidas. Por exemplo, os pais das crianças na idade escolar são obrigados de enviar os seus filhos aos bancos escolares e é também dado que a União deve investir pelo menos 18% de orçamento e os estados 25% de orçamento para a educação.¹⁵⁰

14.3.1 Pisa 2012 no Brasil

O Brasil também ficou junto com Portugal na lista dos estados mundiais que participaram no projeto chamado Pisa 2012. Assim pode ser o Brasil comparado com Portugal e com a República checa. No texto de matemática fica o Brasil com 391 pontos debaixo de média e assim fica atrás de Chile, México e Uruguay (so para lembrarmos: Portugal obteve 488 e República Checa 493 pontos). Portanto, a habilidade na literacia matemática de estudantes brasileiros fica atrás aos dois países, por outro lado é propriamente o Brasil o país com a maior diferença entre os resultados de 2003 e 2012 (ou melhor, o Brasil tem o melhor progresso no que diz respeito aos resultados na literacia matemática).¹⁵¹ Quanto à leitura, o Brasil ganha 410 pontos e fica assim também debaixo da média (Portugal: 488, República checa: 493).

Portanto, estamos a ver que a segunda metade do século XX foi bastante complicada não só para ensino no Brasil, mas sim pelo país inteiro. No poder trocaram-se os governos democráticos e absolutos e a situação foi bem instável. Já na era de Vargas

¹⁵⁰ João Cardoso Palma Filho, A educação brasileira no período 1960-2000: de JK a FHC, *Caderno de Formação*, 2010, vol. 1, p. 124.

¹⁵¹ <http://www.oecd.org/education/PISA-2012-results-brazil.pdf>, consultado em 17.11.2014.

começou o desenvolvimento da educação brasileira, essa foi aliás interrompida pela era absolutista durante a assim chamada República dos Generais. Nesse período foram oprimidos sobretudo as universidades, vistas como fonte de perigo para o regime. O desenvolvimento renasce nos anos 70 quando o Brasil começa o caminho para a democracia. É o tempo de luta contra o analfabetismo e ao mesmo tempo luta para educação vista como direito (e também dever) de todos. Essa luta não acabou nem hoje em dia, pois em 2010 havia no Brasil 9,6% de analfabetos entre as pessoas mais velhas de que 15 anos. Por outro lado, os censos e projetos como Pisa 2012 mostram que a educação é cada ano mais acessível para os brasileiros e que o número de analfabetos diminui. Esses são já resultados positivos que aliás ao mesmo tempo significam que ainda muito deve ser feito para a educação brasileira.

Comparando com o nível da educação em Portugal chegamos a saber que até agora ainda o Brasil atrás de Portugal. Tanto Portugal como o Brasil teve na sua história regimes que tentaram reprimir a educação e assim os intelectuais nos dois países, relembrando que a ditadura de Salazar acabou em Portugal em 1974 e o regime militar no Brasil em 1985. Assim tem Portugal uma vantagem de 9 anos, pelo menos no que diz respeito ao fim do último regime que oprimiu a educação nos dois países.

Conclusão

Neste trabalho percorremos a evolução da educação em Portugal e no Brasil, esboçando em breve os acontecimentos históricos mais importantes para os próprios países e para o ensino. Em Portugal começámos no século XXI quando aparecem as primeiras referências sobre o ensino nesse país, a história do Brasil começa aliás cerca de cinco séculos mais tarde quando foi o país em 1500 oficialmente descoberto pelos portugueses. As primeiras referências da educação brasileira vêm então do século XVI quando chegou a companhia de Jesus. Em Portugal continuámos com a época de renascimento a qual seguiu a chegada de membros de Companhia de Jesus, um dos acontecimentos mais importantes para a educação em Portugal. A seguir foi descrito o iluminismo e a influência da personagem de Marquês de Pombal. Visto que nesse tempo foi o Brasil ainda a colónia portuguesa, não estranha que o mesmo homem influísse também o ensino no Brasil. O século XIX foi muito significativo para os portugueses e a sua atitude ao ensino. No início do mesmo século surgiu também no Brasil um acontecimento muito importante – o Brasil deixou de ser dependente de Portugal e em 1822 foi proclamado o império brasileiro. Do império passou o país para república em 1889. A primeira república portuguesa foi proclamada só em 1910 e a ela seguiu a última era absolutista no país, a ditadura de Salazar. Enfim, desde o ano 1974 pertence Portugal aos países democráticos. Também o Brasil tem na sua história uma era de ditadura, pois em 1930 é eleito o ditador Getúlio Vargas. A época de restrições continua ainda durante o regime militar até o ano 1985 quando o país finalmente passa a ser país democrático.

Quanto à relação entre os dois países, geralmente podemos notar duas fases. Durante a primeira fase que durou 322 anos ficou o Brasil sob o domínio de Portugal. Foi a própria Coroa portuguesa quem mandou os Jesuítas para o Brasil e esses foram os primeiros educadores nesse país. Nesse tempo foram no Brasil declaradas leis e medidas sem que o governo português tivesse conhecimentos da situação real no Brasil. Além disso, o

objetivo de descobrimentos marítimos não foi investir nas colônias mais sim ganhar lucro. Para os portugueses foi também preciso que o Brasil ficasse sob o controle. Assim não se investiu nem no desenvolvimento do país, nem na educação dos brasileiros. Como já foi aludido acima, a situação mudou em 1822 quando foi proclamada a independência brasileira. Assim começa a segunda fase da relação entre os dois países, pois o Brasil fica autónomo de Portugal. Portanto, em 1822 só começa a “luta” dos brasileiros pelo próprio país, pelo seu desenvolvimento e também pela educação para todos. É então o tempo quando ficaram os próprios brasileiros responsáveis para a educação no seu país. Desde essa data passou o país por época de império, república e ditadura e hoje conhecemos esse país como estado democrático.

Como já vimos, os dois países tiveram que lutar contra vários contratempos. Tanto em Portugal quanto no Brasil podemos notar a falta de dinheiro (sendo no Brasil mais grave do que em Portugal) e de corpo docente (seja qualitativo – quando faltavam as pessoas com habilidades pedagógicas ou seja quantitativo – quando o número de professores foi insuficiente). Outro problema que os dois países têm em comum é o interesse das próprias pessoas pela educação. Fica claro que sempre leva algum tempo até que o povo perceba que a educação faz uma parte importante da vida e que é mesmo precisa. A importância da educação tem também a ver com a situação geral do país. Pois, quando a maioria dos habitantes vive no campo e trabalha no setor agrícola, fica claro que a educação não tem relevância para a vida das pessoas. Quando a economia começa a mudar, sente-se de repente a falta de pessoas com apropriados conhecimentos e assim também pode mudar a situação no campo de ensino. A situação económica e cultural foi em Portugal sempre mais desenvolvida do que no Brasil. Por isso aperceberam-se os portugueses da importância da educação mais cedo do que os brasileiros. Como exemplo podemos mencionar o estabelecimento da obrigatoriedade escolar que ocorre em Portugal em 1836 e no Brasil só em 1879. O estabelecimento da obrigatoriedade escolar mostra na verdade mais o interesse do governo dos países. Entretanto, neste caso vale que para que o governo tenha interesse em alguma coisa, é preciso o interesse do povo.

Ambos os países têm na sua história o regime que tentou restringir a educação vista como um dos perigos. Em Portugal foi a ditadura de Salazar que bastante atrasou a evolução de ensino durante mais de que quarenta anos. No caso do Brasil foi o regime militar entre os anos 1964 e 1985. Durante a ditadura e o regime militar foram fechadas as escolas e o número de alunos e professores foi restrito, o que nos dois países significou um passo atrás. Acabando esse tempo hostil à educação, teve a luta para as melhores escolas começar de novo.

A mais teve ainda o Brasil que lutar contra um fenómeno típico para a educação brasileira: elitismo. Visto que as vagas não chegaram para todos, não estranha que a educação tornou-se uma questão de dinheiro. Pois, a educação teve mais importância na vida dos ricos do que os pobres. Além disso é o Brasil um país com área grandíssima e esse fato dificultou a governança do país e assim também o desenvolvimento da educação.

Portanto, esses foram os obstáculos mais graves nos caminhos de Portugal e do Brasil desde o início da evolução da educação até os nossos dias. Como vimos, a luta contra o analfabetismo (vista como um dos indicadores da educação elevada, pois supõe-se que num país com nível alta da educação não há analfabetos) ainda não acabou nem em Portugal nem no Brasil. Entretanto, como vimos nos resultados de estudo Pisa 2012, ambos os países vão levantando o nível da educação e ao mesmo tempo diminuindo o número de analfabetos nos países. Portanto, a educação brasileira e portuguesa já tem a direção correta, pois a educação já tem a sua importância para a vida da maioria das pessoas e o que é preciso agora é interesse, governo capaz e dinheiro.

Shrnutí

Vzdělání má v současné době své pevné místo v životě dětí a dospívajících mladých lidí žijících v rozvinutých zemích. Tento fakt je ale třeba chápat jako důsledek vývoje trvajícího několik staletí, během kterých museli žáci i učitelé čelit nejrůznějším překážkám. Stejně tak tomu bylo i v Portugalsku a Brazílii. Během rozvoje vzdělávání muselo brazilské i portugalské školství čelit nejrůznějším překážkám jako například nedostatku učitelů, finančních prostředků, volných míst ve školách nebo například totalitním režimům, které rozvoj školství vědomě potlačovaly. Vzhledem k tomu, že do roku 1822 byla Brazílie jednou z portugalských kolonií, můžeme v jejím případě mluvit i o nezájmu portugalské vlády o rozvoj brazilského školství. Během staletí se také měnil přístup Brazilců a Portugalců ke vzdělávání. Vzdělání totiž nebylo odjakživa součástí každodenního života a muselo si svoji roli v životech Brazilců a Portugalců získat až časem. Z tohoto pohledu bylo velmi důležité zavedení povinné školní docházky, která byla v Portugalsku zavedena v roce 1836, v Brazílii potom v roce 1879. V současné době patří Portugalsko ke státům s nejvyšším podílem analfabetů v Evropě, problém s analfabetismem řeší i jihoamerická Brazílie. V obou zemích se podíl analfabetů pohybuje okolo 9%, což je ve srovnání s 1% v České republice relativně vysoké číslo. Toto číslo se ale podle studií v poslední době snižuje, takže můžeme očekávat, že se obě tyto země v blízké době přiblíží evropskému průměru a že se úroveň brazilského a portugalského školství bude nadále zvyšovat.

Summary

Education is nowadays part of everyday life of almost every child and young people in developed countries. Nevertheless, this has to be seen as a result of many years of development. Students and teachers all over the world had to face many obstructions and so had Portuguese and Brazilian to fight with lack of teachers, financial resources, limited number of students in schools or totalitarian regimes, which restricted the development of education. In case of Brazil we also speak about lack of interest of portuguese goverment caused by the fact that Brazil was colony of Portugal until 1822. Even the attitude of Portuguese and Brazilian students has changes during ages. It had no big influence on their lifes at the beginning, but the education becam more and more important for them. This fact prove the establishment of compulsory education, which was established in Portugal in 1836 and in Brazil in 1879. It shows growing interest of Portuguese and Brazilian in studies and development of education. These days is Portugal one of the countries with highest number of anaphabets in Europe and Brazil is facing the same problem. In both countries there is about 9% of analphabets. This number is quite high in comparison to 1% of anaphabets in Czech Republic. Nevertheless, this number goes down every year so we can expect that the numbers keep going down in the next years and that it reach the european avarage.

Anotace

Jméno a příjmení autora: Iva Cardová

Název fakulty a katedry: Filozofická fakulta, Katedra romanistiky

Název diplomové práce: Evolução de ensino em Portugal e no Brasil

Vedoucí bakalářské diplomové práce: Mgr. Petra Svobodová, Ph.D.

Počet znaků: 137 049 (115 269 bez mezer)

Počet příloh: 0

Počet titulů literatury a internetových zdrojů: 33

Klíčová slova: Dějiny Portugalska, dějiny Brazílie, analfabetismus, povinná školní docházka, vzdělání

Abstrakt: Diplomová práce se zabývá portugalským a brazilským školstvím a jeho vývojem od prvních škol založených v Portugalsku v 11. a v Brazílii v 16. století až po dnešní stav školství v těchto zemích. Jednotlivé kapitoly jsou řazeny chronologicky a zabývají se jednotlivými etapami portugalských a brazilských dějin a jejich vlivem na vývoj školství.

Bibliografia

Albuquerque, Luís de. Magalhães Ana Maria; Alçada Isabel. *Os descobrimentos portugueses: Viagens e aventuras*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.

Associação brasileira de Educação. *Breve histórico*. Disponível em <http://www.abe1924.org.br/quem-somos>, acesso em 1.5. 2014.

Barros, Maria Claudia Meira Santos, Oliveira, Kelly Araújo Valença. *Educação e processos de escolarização no Brasil: Uma trajetória histórica*. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/bfCBMG Ae.pdf, acesso em 13. 2. 2014.

Cardová, Iva. *Educação em Portugal e o seu desenvolvimento*. Olomouc, 2012.

Carvalho, Rómulo de. *História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Ceatano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

Constituições de Companhia de Jesus. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Eurybase. *O sistema educativo em Portugal*. Disponível em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/eurybase/eurybase_full_reports/PT_PT.pdf, acesso em 7. 8. 2012.

Filho, João Cardoso Palma. *A República e a Educação no Brasil: Primeira república (1889-1930)*. Caderno de Formação, 2010, vol. 1, p. 71-84.

Filho, João Cardoso Palma. *A Educação Brasileira: No período de 1930 a 1960: Era Vargas*. Caderno de Formação, 2010, vol. 1, p. 85-102.

Fiquer, Beatriz Teixeira. *O ensino no Brasil – primórdios*. Verbum. Caderno de posgraduação, 2013, vol. 3, p. 43-54.

Franca, Leonel. *O método pedagógico de Jesuítas. O “Ratio Studiorum”*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1952.

História in: Almanaque Abril. São Paulo: Abril, 1999.

Klíma, Jan. *Dějiny Brazílie*. Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2011.

Klíma, Jan. *Dějiny Portugalska*. Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007.

Klíma, Jan. *Dějiny Portugalska v datech*. Praha: Libri, 2007.

Lopes, G. Figueiredo. *História Elementar de Portugal*. Porto: Porto Editora, 1993.

Maxwell, Keneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo de Iluminismo*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1996.

Magaldi, Ana Maria Bandeira de Mello, Schueler, Alessandra Frota Martinez. *Educação escolas na Primeira República: Memória, história e perspectivas de pesquisa*. Tempo, 2008, vol 26, p. 32-55.

Mattoso, José. *História de Portugal - vol V - Liberalismo*. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

Ministério da Educação de Portugal. *Breve Evolução Histórica do Sistema Educativo*. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia.aspx/>, acesso em 15. 1. 2014.

Neto, Alexandre Shigunov, Maciel, Lizete Shizue Bomura. *A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino* Educação e Pesquisa, vol. 32, 2006.

Neto, Alexandre Shigunov, Maciel, Lizete Shizue Bomura. *O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões*, Educar em revista, vol. 31, 2008, p. 169-189.

Peres, Tirsia Regazzini. *Educação brasileira no Império*. Caderno de Formação, 2010, vol. 1, p. 48-70.

Ribeiro, Maria Luiza Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez, 1992.

Rocha, Maria Aparecida dos Santos. *A educação pública antes de independência*. Cadernos de formação: História de Educação brasileira, nr. 1, 2008, p. 32-48.

Romanelli, Oliveira Otaíza. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1986.

Saviani, Dermeval Saviani. *História da educação no Brasil: Um balanço prévio e necessário*. Revista brasileira de educação, 2000, N. 14.

Spurná, Veronika. *A Universidade de Évora e os Jesuítas*. Olomouc, 2009.

http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=122252, acesso em 23. 11. 2014.

<http://www.ulisboa.pt/home-page/universidade/historia/>, acesso em 23. 11. 2014.

<http://www.abe1924.org.br/quem-somos>, acesso em 1. 5. 2014.

<http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>, acesso 16. 11. 2014.

<http://www.oecd.org/education/PISA-2012-results-brazil.pdf>, acesso em 17. 11. 2014.

Lista das imagens

| | |
|---|----|
| Imagem 1: Símbolo da Companhia de Jesus..... | 16 |
| Imagem 2: Marquês de Pombal..... | 28 |
| Imagem 3: António Salazar..... | 57 |
| Imagem 4: Getúlio Vargas..... | 60 |